

Frans Moonen

OS ÍNDIOS POTIGUARA DA PARAÍBA

2ª edição digital aumentada

Recife – 2008

SUMÁRIO

1. O massacre dos índios Potiguara	3
A primeira guerra: 1575 a 1599	
A diáspora	
Os aldeamentos de Monte-mór e Baía da Traição	
Os Potiguara no século XX	
2. A destruição da cultura Potiguara	12
A cultura potiguara no século XX	
Economia potiguara	
A pobreza dos Potiguara	
Organização política	
Religião	
3. A invasão do território Potiguara	23
A invasão territorial no século XX	
A demarcação de 1983/84	
O arrendamento do território a partir de 1984	
4. Os Potiguara e a FUNAI	30
5. A (i)legalidade de lideranças e organizações Potiguara	32
As lideranças indígenas	
Organizações indígenas e pseudo-índios profissionais	

Os capítulos 1 a 4 foram publicados em Moonen, F. e Maia, L. Mariz (orgs.), *Etnohistória dos índios Potiguara*, João Pessoa, PRPB/SECPB, 1992, pp. 93-149. Estes capítulos reproduzem, com algumas modificações, trabalhos anteriormente publicados pelo autor em "Os Potiguara da Paraíba: 1975", *Revista Horizonte/UFPA*, n.2, 1976, pp.157-172; n.3, 1977, pp.43-62; *Os índios Potiguara da Paraíba*, Boletim do NUPPO 1, João Pessoa/UFPA 1982; "Manifesto Potiguara" e "História da Conquista do território potiguara: 1500 a 1985", *Cadernos Paraibanos de Antropologia*, n.2, 1986, pp.69-101; "Réquiem para os Potiguara", *Horizonte*, Vol.2, n.1, 1988, pp. 6-14; *A agonia dos índios Potiguara*, Brasília, Câmara dos Deputados, 1989. O capítulo 5 foi publicado em Moonen, F., *Ensaio Indigenista*, João Pessoa, PRPB, Publicações Avulsas 03, 1993, pp. 13-28.

Capítulo 1

O MASSACRE DOS ÍNDIOS POTIGUARA.

A primeira guerra: 1575 a 1599.

Potiguara era a denominação dos índios que no Século XVI habitavam o litoral do Nordeste do Brasil, aproximadamente entre as atuais cidades de João Pessoa, na Paraíba, e São Luis, no Maranhão. Seus últimos remanescentes vivem atualmente nos municípios de Baía da Traição e Rio Tinto, no litoral setentrional da Paraíba. Variantes do nome, nos documentos históricos, são: Potygoar, Potyuara, Pitiguara, Pitagoar, Petigoar, entre outros. Não há acordo sobre o significado do nome, que geralmente é traduzido como 'pescadores de camarão' ou 'comedores de camarão'.

É impossível calcular com exatidão a população potiguara do Século XVI. No entanto, um documento de 1601 se refere a 14.000 Potiguara assistidos pelos franciscanos, somente na Paraíba. Mas muitos não eram catequisados pelos missionários e outros tantos moravam fora da Paraíba. Sabemos também que no final do Século XVI, milhares de índios foram vitimados na guerra contra os portugueses e pelas doenças por eles transmitidas. Pode-se admitir então que em 1500 os Potiguara contavam com mais de cem mil pessoas.¹

Já no início do Século XVI os Potiguara tinham contato regular com os franceses. Estes tinham fundado um entreposto comercial em Baía da Traição, onde seus navios vinham buscar pau-brasil e algodão. Para garantir e organizar este comércio, sempre alguns franceses ficavam morando com os índios. Esta presença francesa, naturalmente, não agradava ao Rei de Portugal, porque estes produtos tinham um alto valor comercial. Para expulsar os franceses, seria necessário conquistar e povoar o território ocupado pelos Potiguara.

Vários documentos atestam, ainda, incursões potiguara em Pernambuco. Segundo o cronista Soares de Sousa (1587): "Do redor desta ilha (de Itamaracá) entram no salgado cinco ribeiras em três das quais estão engenhos, onde se fizeram mais se não foram os Potiguara que vem correndo a terra por cima e assolando tudo". O sequestro da filha de um cacique potiguara por um destes senhores de engenho, em 1574, foi, por sinal, o início de uma longa guerra, porque em represália os Potiguara atacaram o engenho e mataram seus habitantes. Esta guerra foi detalhadamente descrita pelo cronista do "Sumário das armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Parahyba" (Anônimo 1983), como também por Frei Vicente do Salvador (1975), nos quais se baseia o relato a seguir.

Logo após o massacre dos moradores do engenho, os portugueses mandaram uma expedição punitiva, mas que não obteve êxito. Uma outra tentativa de conquistar a Paraíba fracassou em 1575. No ano de 1579, os Potiguara venceram os inimigos na barra do rio Paraíba. No primeiro encontro "foi causa lastimosa ver (os Potiguara) matar mais de quarenta portugueses, em que entrou o filho do capitão e alguns espanhóis nobres...". Aos portugueses da armada se juntaram outros, vindos de Pernambuco por terra. Após alguns sucessos iniciais, todos eles "fugiram à maior pressa, que o medo a cada um ensinou, por verem da banda de além junto muito gentio Potiguara... E assim ficaram eles mais soberbos e estas capitânicas pior que nunca e a de Tamaracá de todo desesperada e para se despoavar"

¹ Sobre a História Potiguara no Século XVI, veja principalmente: Anônimo (Século XVI), *Sumário das armadas que se fizeram e guerras que se deram na conquista do rio Paraíba*; republicado sob o título: *História da conquista da Parahyba*, Campina Grande, FURNE/UFPB 1983; Salvador, Frei V. de (Século XVII), *História do Brasil 1500-1627*, São Paulo, Ed. Melhoramentos 1975; Sousa, G. Soares de (Século XVI), *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, São Paulo, Comp. Editora Nacional, 1938.

Os portugueses pediram por isso socorro ao governador da Bahia. No entanto, este apoio só seria enviado cinco anos depois, quando chegou a Salvador um general espanhol, com sete navios que restavam de sua armada. Junto com mais dois navios portugueses partiram no início de 1584 para tentar, outra vez, a conquista da Paraíba. Por terra seguiram moradores de Pernambuco e Itamaracá, que se juntaram ao general na barra do rio Paraíba, onde iniciaram a construção de um forte, com 170 homens.

Em junho do mesmo ano começaram a penetrar no interior, em busca de índios. Após um pequeno êxito inicial, os portugueses afastaram-se três leguas do forte e caíram numa cilada, "na qual foi morto o capitão e mais de 30 (portugueses e muitos índios (aliados) e foi o desbarato tamanho e nossa desordem, que até a vista do arraial os vieram matando..". Os sobreviventes voltaram para o forte. Ao todo, o exército português era formado por 50 arcabuzeiros espanhóis, 90 homens a cavalo e mais de 140 a pé, "que era o maior exército que até aqueles tempos se juntou no Brasil".

Apesar desta força, os portugueses perderam e deixaram "mais de 400 índios (aliados) mortos e mais de 50 homens brancos, que foi a maior perda que estas capitanias até ora receberam...". Os portugueses fugiram com tanto medo e em tamanha desordem que, ao atravessar o rio Paraíba, ainda morreram muitos cavalos e "gentio (índios) à míngua.. e tais chegaram a Pernambuco, de todo desbaratados, no mês de junho". Foi uma grande vitória para os Potiguara, que continuaram assediando o forte que, já em agosto, não dispunha mais de alimentos.

No início de 1585 os Potiguara receberam apoio dos índios Tabajara. Sabendo disto, organizaram os portugueses em Pernambuco um verdadeiro exército com mais de 500 homens brancos, além de escravos e índios aliados. Atacaram um acampamento dos Tabajara e mataram muitos. Logo depois houve um desentendimento entre os Potiguara e os Tabajara e as duas nações se separaram. O forte foi liberto do assedio dos Potiguara e os portugueses voltaram para Pernambuco.

Em julho de 1585, os Tabajara pediram aos portugueses proteção contra os Potiguara. Os colonizadores mandaram um navio com soldados espanhóis e portugueses, que se encontraram com os Tabajara no rio Paraíba. No local iniciaram, no dia 5 de agosto, a construção de um forte de madeira, origem da cidade de Nossa Senhora das Neves, atual João Pessoa. Os Potiguara preferiram evitar a luta e se retiraram.

No entanto, no final de 1585 chegaram navios franceses na Baía da Traição, o que obrigou os portugueses a enviar uma tropa. Conseguiram tomar o forte que ali existia, mataram 20 índios e afugentaram os outros. Atacaram, inclusive "a aldeia e povoação que estava logo acima (da praia), a qual achamos toda despejada, mas com muitas farinhas feitas e favos..". Trata-se, indubitavelmente, da vila de São Miguel, que existe ainda hoje no mesmo local.

Em 1586 voltaram para a Baía da Traição sete navios franceses "com muita gente e munição, determinados a se juntarem com os Potiguara para combaterem e assolarem o forte do (rio) Paraíba". Juntos atacaram uma aldeia de índios aliados dos portugueses e mataram mais de 50 deles. Enquanto isto, os Potiguara estavam também na Serra da Copaoba (atual Serra da Raiz) cortando pau-brasil para os franceses. Os portugueses foram para lá para atacá-los. Diz o cronista que "havia nesta Copaoba cinquenta aldeias potiguara, todas umas pegadas nas outras e à vista o seu celeiro era uma infinidade de mantimentos e algodões". Os portugueses, em número de 140, junto com 500 aliados Tabajara, atacaram a primeira aldeia, na qual mataram muitos e prenderam 70 a 80 pessoas. Perseguiram os índios até uma outra aldeia, "na qual tudo foram corpos mortos dos inimigos e dos nossos nenhum, salvo 4 ou 5 feridos". Este fato mostra claramente que nas aldeias se encontravam apenas

crianças, mulheres e velhos (o que o cronista, evidentemente, não diz) e que os homens guerreiros estavam ausentes, provavelmente cortando pau-brasil. Quando estes voltaram, cercaram os portugueses e os Tabajara e assim "começou de entrar um medo espantoso em todos", havendo inclusive 30 portugueses que queriam desertar. Mesmo assim, atacaram e conseguiram destruir três aldeias. Os Potiguara bateram em retirada, queimando suas próprias aldeias.

Depois de destruídas as aldeias da Copaoba, os portugueses procuraram outra vez Tejucupapo, o principal chefe dos Potiguara. Seguiu-se uma violenta batalha. Incapazes de ainda prosseguir, por causa de quase 50 feridos, não restou aos portugueses outra saída a não ser a retirada. No caminho de volta, na realidade uma fuga, ainda foram várias vezes atacados pelos Potiguara que o cronista chama "o mór (maior) e mais guerreiro e prático gentio do Brasil, tanto que só os Potiguara são muito mais do que todo o gentio que há do (rio) Paraíba a São Vicente".

Termina aí o relato do cronista português, mas não a guerra com os Potiguara. No final da década de 80, estes cercaram a cidade de Nossa Senhora das Neves (João Pessoa), na qual chegaram a faltar alimentos e água. A cidade só foi reconquistada em 1590, quando várias aldeias potiguara foram queimadas e cerca de 900 deles presos. Os sobreviventes se retiraram para o Rio Grande do Norte, onde os portugueses só conseguiram fincar pé em 1598, quando construíram o forte dos Reis Magos, origem da cidade de Natal. Em 1599, finalmente, após 25 anos de guerra quase ininterrupta, os Potiguara fizeram as pazes, depois de terem perdido o apoio dos franceses, derrotados em 1597, e após uma epidemia, provavelmente de varíola, ter dizimado a sua população.

A diáspora.

Os Potiguara voltaram para a Paraíba, mas a paz duraria pouco. Em 1625 desembarcaram na Baía da Traição os holandeses, que levaram ao seu país vários Potiguara, inclusive quatro de Baía da Traição. Três deles voltaram em 1630, quando da segunda invasão holandesa.

De 1630 a 1654 o Nordeste brasileiro foi ocupado pelos holandeses e os Potiguara se tornaram seus aliados. Por causa disto foram depois duramente castigados pelos portugueses. No Rio Grande do Norte, mais de 4.000 índios fugiram para o interior de onde "às vezes desciam, em companhia de hordas que habitavam aquelas regiões, para atacar os estabelecimentos portugueses e perturbar a obra de reconstrução colonial, trazendo em constantes desordens todo o Nordeste".²

Mas muitos deles também foram submetidos por outros grupos indígenas. José Antônio Gonsalves de Mello informa que logo após a expulsão dos holandeses havia falta de escravos, porque "constava que algumas tribos tapuias, como os janduis e os cariris, conservavam sob seu domínio muitos negros da Guiné e grupos de índios potiguara já cristianizados. Contra os cariris, que habitavam uma serra de acesso difícil, muito no interior do sertão, (João Fernandes Vieira) usou a força das armas... Dali (os soldados) regressaram trazendo os Potiguara que aqueles tapuias mantinham sob seu domínio, no total de mais de 500 pessoas, às quais Vieira (então governador da Paraíba), deu uma parte de suas terras, onde vivessem, e fizessem suas plantações". E onde, com certeza, também eram aproveitados como mão-de-obra gratuita nas terras de Vieira.³

². Lyra, A. Tavares de, *História do Rio Grande do Norte*, Rio de Janeiro, Typhografia Leuzinger, 1921.

³. Mello, J. A. Gonsalves de, *João Fernandes Vieira*, 2 vols. Recife, Universidade do Recife, 1956

Depois de um século e meio de contato colonial, pouco sobrou do outrora "maior e mais guerreiro gentio do Brasil". Segundo Lyra, "o período que se segue imediatamente à expulsão dos holandeses é um dos mais obscuros da história do Rio Grande do Norte", e o mesmo pode ser dito da Paraíba.³ No entanto, está fora de dúvida que milhares de Potiguara foram escravizados e massacrados pelos colonizadores. Os sobreviventes foram reunidos em aldeamentos, separados entre si, para dificultar qualquer futura resistência.

Os aldeamentos de Monte-mór e Baía da Traição.

A partir de então, as informações sobre os Potiguara são mais escassas, mas mesmo assim não deixam dúvida sobre sua presença na Paraíba, nos Séculos XVII e XVIII. Documentos da primeira metade do Século XVIII atestam sua presença no local, onde eram catequisados pelos carmelitas. Numa relação de aldeias da Paraíba, de 1746, constam, entre outras, as aldeias de Baía da Traição e Monte-mór ou Preguiça, já então separadas. Num outro documento, de 1774, consta a existência de quatro aldeamentos no litoral da Paraíba, a saber Conde e Alhandra, com índios de origem desconhecida, e Monte-mór (Preguiça) e Baía da Traição, com índios Potiguara, sendo que este último contava 265 fogos (=casas) e 628 habitantes.⁴

Novas informações só temos em meados do Século XIX. Já então as terras dos aldeamentos potiguara tinham sido invadidas por não-índios, o que não deve ter sido difícil, já que o número de índios era reduzido. Um relatório da Repartição Geral das Terras Públicas, de 1856, que fala dos aldeamentos no Rio Grande do Norte e na Paraíba, informa que: "é na verdade mui desagradável ter de declarar que, por toda parte, e de longas datas, tem sido invadidas as terras dos índios por pessoas poderosas, por intrusos mais ou menos ousados, de boa ou de má fé, os quais todos se chamam à posse e propriedade dos terrenos que foram ocupando, sob os seguintes pretextos: - de compra aos mesmos índios ou àqueles que estavam na obrigação rigorosa de defender a respectiva propriedade; - de aforamentos que não tencionavam pagar, como de fato não têm pago; - de doações, heranças e outros títulos de transferências, e - finalmente, de prescrições de mais ou menos anos de posse".

Inconformados com esta situação, os índios reclamaram várias vezes ao Imperador providências para expulsar os invasores, evidentemente sem êxito. Consta que em 27 de dezembro de 1859 Dom Pedro II, quando de sua visita oficial à Paraíba, esteve em Mamanguape, na época uma cidade importante, perto de Baía da Traição. Segundo a tradição potiguara, foi nesta ocasião que Dom Pedro II lhes doou a sesmaria de Baía da Traição, na realidade uma re-doação, porque a sesmaria já era deles há muito tempo. Os documentos desta doação nunca foram encontrados e devem ter sido destruídos pelos invasores das terras indígenas.

Mas logo depois, em 1862, Dom Pedro II resolveu acabar com os conflitos entre índios e brancos na Paraíba, e em outras Províncias, através do loteamento dos aldeamentos. Cada família indígena receberia um lote em propriedade particular, e as terras restantes seriam distribuídas entre a população regional não-indígena. Do trabalho de demarcação e distribuição das terras indígenas na Paraíba foi encarregado o engenheiro Gonçalves da Justa Araujo, que inicialmente concluiu este trabalho em Conde e Alhandra. Informa então que depois disto concluiu "a medição e demarcação do perímetro da sesmaria dos índios de Monte-mór", e em 5 de novembro de 1866, "a demarcação do perímetro da sesmaria dos índios de São Miguel de Baía da Traição". Só depois disto voltou a Monte-mór (hoje cidade

⁴ Para os documentos dos Séculos XVI a XIX, veja o Relatório da historiadora Thereza de Barcellos Baumann, na Parte II de Moonen, F. e Maia, L. Mariz (orgs.), l.c., 1992, pp. 153-181.

de Rio Tinto), onde "em 6 de novembro principiei a demarcação das posses dos índios de Monte-mór, tendo até hoje medido 150 posses para os índios...".

Os nomes dos índios que receberam lotes individuais e o tamanho destes lotes constam detalhadamente no "Mapa demonstrativo das despesas feitas com as medições e demarcações das posses distribuídas aos índios da sesmaria de Monte-mór ou Preguiça no município de Mamanguape, a contar de 6 de novembro de 1866 a 4 de setembro de 1867". As datas são importantes, pois mostram que ele precisou de dez meses para lotear a sesmaria de Monte-mór. Mas da sesmaria de Baía da Traição, bem maior do que a de Monte-mór, ele mediu e demarcou apenas o perímetro. Não há nenhum documento posterior que se refira ao loteamento dela. Justa Araujo faleceu em 1868, antes de poder fazê-lo, e como não foi nomeado outro engenheiro para concluir o serviço, a sesmaria de Baía da Traição foi a única na Paraíba que ficou propriedade coletiva da comunidade indígena. Em pouco tempo, todos os remanescentes indígenas dos outros aldeamentos foram absorvidos pela sociedade regional. Sem terra coletiva, sem território próprio, a sua sobrevivência como índios se tornou impossível.

E assim, graças à morte de Justa Araujo, e não por causa de um movimento de resistência, somente os Potiguara de São Miguel de Baía da Traição escaparam do extermínio e conseguiram sobreviver como Povo Indígena.

Os Potiguara no Século XX.

a) a situação demográfica: 1925 - 1975.

As primeiras notícias oficiais sobre os Potiguara no Século XX constam em dois relatórios elaborados por funcionários do Serviço de Proteção aos Índios.⁵ Destes, o mais importante é o segundo, de Dagoberto de Castro e Silva, publicado no Diário Oficial de 28 de outubro de 1925, e no qual ele cita nominalmente 422 índios, residentes em 11 aldeias. Por volta de 1930 foi instalado o primeiro posto indígena do SPI, então localizado na aldeia São Francisco, a maior, de onde em 1939 foi transferido para o Forte, perto de Baía da Traição.

A partir de então verifica-se um rápido crescimento demográfico. Recenseamentos realizados pelo extinto SPI mencionam os seguintes números: 433 pessoas em 1934, 715 em 1942, 1043 em 1946 e 2298 em 1961. O valor destes números é duvidoso, pois não possuímos as necessárias informações sobre quais as aldeias recenseadas, como e por quem. Mas de qualquer forma, está fora de dúvida que houve aumento populacional.

Informações mais seguras temos para o ano de 1966, quando a FUNAI realizou um recenseamento da população aldeada, sendo excluída, lamentavelmente, a população da cidade de Baía da Traição, então situada dentro da área do P.I. e que abriga um número considerável de remanescentes indígenas. Os Potiguara contavam então com 2408 pessoas.

Na primeira metade de 1975 realizei um novo recenseamento nas aldeias São Francisco e Galego. Não foi possível estender do recenseamento a todo o P.I. e à cidade de Baía da Traição.

Como em 1966, as informações referentes às classes etárias não merecem plena confiança, já que poucas pessoas sabem exatamente a sua idade ou a de seus filhos. "Mãe deve saber", "pergunte a pai" ou "quem sabia era mãe, mas ela já morreu", são respostas comuns, inclusive de pessoas adultas, quando indagadas sobre sua idade. Na aldeia São Francisco, várias pessoas declararam em 1969 ter cinco, seis ou sete anos a mais do que em 1966; outras eram até mais jovens do que naquele tempo. Muitas pessoas não sabem calcular

⁵ Sobre os Potiguara no Século XX, veja também Amorim, P.M. de, "Índios camponeses: os Potiguara da Baía da Traição", *Revista do Museu Paulista*, N.S. Vol. XIX, 1970/71, pp.7-96.

sua idade, mesmo sabendo o ano em que nasceram: "Nos primeiros tempos ainda é fácil, mas depois a gente vai se esquecendo".

A larga base das pirâmides populacionais de todas as aldeias, em 1966, fazia prever um considerável aumento populacional. Em quase dez anos, a população das aldeias São Francisco e Galego aumentou, de fato, em 31% e 15%, respectivamente.

Desde 1969 tenho visitado regularmente a aldeia São Francisco, pelo que posso afirmar que nesta aldeia não houve aumento devido à imigração de elementos novos (apenas uma família voltou de São Paulo), mas que, ao contrário, este aumento teria sido ainda maior, não fosse a emigração de muitos para outras regiões do Brasil. Em 1975, ambas as aldeias apresentaram novamente uma larga base em suas pirâmides populacionais, sendo que em São Francisco as crianças de 0 a 14 anos representavam 46% e no Galego 56% da população total.

Considerando os aumentos verificados em São Francisco e no Galego, poderíamos, com a devida reserva, admitir um aumento populacional de 15 a 30% também nas outras aldeias do P.I. Os Potiguara contariam então (em 1975) com cerca de 2750 a 3100 pessoas, excluindo-se, como sempre, os remanescentes residentes em Baía da Traição. Segundo cálculos da FUNAI, em fevereiro de 1975, a população do P.I. seria de 3244 pessoas.

Não há dúvida, portanto, que, depois de um quase extermínio, a sobrevivência física dos Potiguara, em condições normais, estaria assegurada. Poucos são, no entanto, os Potiguara que ainda se consideram ou podem ser considerados 'índios puros'. O censo da FUNAI de 1966 indagava também sobre 'raça': indígena, descendente (mestiço) e 'particular' (não-indígena). Embora carecendo de qualquer critério científico, demonstrou que a quase totalidade (85%) da população é formada por mestiços. Cerca de 10% são considerados ou se consideram 'índios puros' e 5% são 'particulares'.

A população potiguara seria bem maior não fosse o alto índice de mortalidade infantil, a precária assistência médica e o grande número de emigrantes.

b) Mortalidade infantil.

Em se tratando de comunidades pequenas, não utilizei os métodos tradicionais para o cálculo da mortalidade infantil. Os números absolutos de nascimentos e óbitos são reduzidos demais para se obter estatísticas válidas. Além disso, devem variar muito de um ano para outro e somente a média dos índices obtidos para um grande número de anos seria representativa da situação real. Com uma população que não possui memória sobre os anos em que nasceram e faleceram seus filhos, não é possível obter estas informações.

Para dar uma impressão da mortalidade infantil em São Francisco, verifiquei o total de filhos(as) falecidos(as) de 44 casais jovens (idade da esposa até 50 anos). Juntos, estes casais tinham em 1975 um total de 177 filhos vivos, ou seja, uma média de 4 filhos por casal, enquanto o total de filhos falecidos antes de completar 5 anos de idade somava a 56, ou seja, em média 1,3 por casal. Destas 56 crianças, 47 morreram antes de completar um ano de idade. Ou seja, em média, cada casal teve um filho morto antes de completar um ano. Não possuo informações sobre a mortalidade infantil nas outras aldeias.

Como "causa mortis", quase todos alegavam diarreia e vômito, o que faz supor que em muitos casos se tratava de desidratação. Uma das causas desta desidratação (mas certamente não a única) pode ser o hábito de alimentar os recém-nascidos com comidas fortes, como caldo de caranguejo, misturado com farinha de mandioca, que consideram um alimento mais forte e mais sadio do que o leite. Aliás, as mães que não podem amamentar seus filhos, não dispõem de outro tipo de leite, porque não há gado. Poucas pessoas costumam nutrir seus filhos com leite em pó, que é caro demais para quase todas as famílias.

As poucas mães que nutriam seus filhos com leite em pó, eram aquelas que tiveram um contato mais intenso com a sociedade regional, incluindo-se entre elas duas mulheres não-indígenas, residentes na aldeia. Em 1969, a professora local, índia potiguara com curso de 2º Grau incompleto, atribuía a fraqueza e as várias doenças de seu filho ao leite em pó e apontava a 'saúde' dos filhos alheios, nutridos desde cedo com farinha de mandioca e outros alimentos fortes'. (Alguns anos depois, esta professora fez um cursinho de enfermagem e foi nomeada enfermeira no novo posto médico do Forte!).

A maioria dos Potiguara não costuma comprar remédios para as crianças de tenra idade, até que estas passem a ser úteis e possam ajudar em pequenas tarefas. Em 1969 nenhum remédio foi comprado para evitar a morte do filho da professora acima citada. Remédios dados por pessoa amiga, e que curaram o menino durante algum tempo, foram depois cortesmente recusados: "p'ra que gastar tanto. Não precisa. O menino fica bom por si mesmo ou morre". E morreu de fato.

Em outro caso, um menino de 5 anos foi deixado à própria sorte. Havia várias alusões, por parte dos adultos e de outras crianças, de que ele ia morrer dentro de pouco tempo, "porque já está comendo barro". Nenhum apelo foi feito ao enfermeiro local, não foram comprados os remédios apropriados, nem foram pedidos remédios ao antropólogo presente, como costumavam fazer os adultos para curar doenças menos graves. Enquanto isto, os adultos, em caso de doenças ou feridas, mesmo leves, logo lançam mão de remédios, comprados ou dados pelo enfermeiro local.

c) Saúde e assistência médica.

Não é preciso ser médico para perceber logo o precário estado de saúde dos Potiguara. Mais de 400 anos de contato com a sociedade nacional já tornaram os remanescentes imunes às doenças trazidas pelos europeus, como a tuberculose, gripe e sarampo, que têm sobre eles os mesmos efeitos como sobre a população não-indígena da região. Isto não quer dizer que estas doenças estejam ausentes. Apenas que não dão mais origem à dizimação ou à extinção do grupo, como ainda acontece em outras regiões do Brasil. Embora leigo no assunto, quero aqui apenas mencionar algumas das doenças mais comuns entre os potiguara e suas prováveis causas:

(1) Verminoses: uma pesquisa realizada por médicos da Universidade Federal da Paraíba, entre cem crianças da aldeia São Francisco, de 1 a 15 anos, revelou a presença das seguintes verminoses: 88 crianças com ascaris lumbricoides, 65 com trichocephalus trichiuris, 81 com ancylostomide sp. e 9 com strongoloides stercoralis. Ou seja, uma média de três verminoses por criança, proporção esta provavelmente também válida para os adultos.

Para este alto grau de verminoses contribuem as péssimas condições higiênicas e sanitárias. Principalmente as crianças costumam andar descalças. Os adultos possuem em geral pelo menos um par de sandálias, que usam constantemente. Não possuindo água encanada (que em São Francisco só foi instalada em 1988) e devido à dificuldade de abastecer as casas com água do riacho, principalmente para aqueles que moram na parte alta da aldeia, as condições higiênicas eram mais do que precárias. Além disto, a água dos riachos está contaminada. A água de beber era tirada em potes de barro, logo cedo de manhã, pois acreditavam ser esta a melhor hora para tirar água limpa. Logo após, começavam os banhos pessoais e, no decorrer do dia, a lavagem da louça e de roupa suja, os banhos dos animais e outra vez os banhos pessoais. Principalmente no inverno (época das chuvas), a água era poluída ainda por dejetos humanos, já que não existiam privadas, tipo fossa seca. Hoje, por imposição das autoridades sanitárias e da FUNAI, existem privadas, pequenos cubículos pré-fabricados de cerca de um metro quadrado (verdadeiras saunas), mas boa parte delas não é

usada para sua finalidade original, embora sejam ótimas para guardar ferramentas, armazenar mandioca ou criar pintos.

(2) Sífilis: sete pessoas da aldeia São Francisco, escolhidas aleatoriamente e examinadas pelos médicos da UFPb, eram portadoras do mais alto grau de sífilis. Esta doença, desconhecida entre os índios antes de 1500, deve ter sido introduzida entre os Potiguara já quando dos seus primeiros contatos com franceses e portugueses, no Século XVI. Embora a prostituição propriamente dita não exista em São Francisco, há casas para este fim em Baía da Traição, frequentadas também pelos Potiguara. Também não são raras as relações extra-conjugais, de modo que a doença tem um campo fértil de proliferação, mais ainda devido às precárias condições higiênicas e sanitárias, acima descritas.

As outras doenças, em especial anemia e subnutrição, decorrem quase todas da nutrição deficiente (por motivos econômicos e outros), da monotonia da dieta, ausência quase total de legumes e frutas, ausência quase total de carne, que é substituída por peixes frescos ou secos, comprados em Baía da Traição, ou caranguejos, pescados nos mangues. Com o desmatamento desapareceu também a caça de maior porte. Em São Francisco havia apenas um caçador regular, mas geralmente os pássaros nem compensavam a pólvora e o chumbo gasto.

Embora teoricamente possível, quase não existia mais a criação de galinhas na aldeia São Francisco. As galinhas desapareciam misteriosamente à noite, comidas pelas raposas, diziam, embora no dia seguinte subisse um também misterioso cheiro de galinha assada de alguma casa próxima. Para evitar conflitos internos, preferiam simplesmente não criar galinhas, porque nem sempre era o dono que tinha primeiro a idéia de comê-las. Outro fator que contribuía para a deficiência alimentar.

Tão precária quanto a saúde potiguara, era a assistência médica dada pela FUNAI, que mantinha enfermeiros nos postos médicos do Forte e de São Francisco. Estes postos dispunham de muito espaço físico, com amplas salas, mas quase nenhum material e medicamentos. Os remédios eram apenas para os casos comuns e predominavam antibióticos fornecidos pela CEME, como por sinal todos os remédios dados pela FUNAI. Os únicos remédios em abundância eram aqueles que quase nunca eram usados: colírios, nebulizadores, etc.

Durante algum tempo, muitas "amostras grátis" eram fornecidas, em São Francisco, por uma Igreja Protestante, atuante no local. Esta desinteressada "caridade cristã" terminou definitivamente quando o enfermeiro local se recusou a assinar uma petição à FUNAI, para a construção de uma igreja protestante em São Francisco. Talvez seja até melhor assim, porque quase todos estes remédios estavam com data vencida e muitos exigiam prescrição médica. Havia, inclusive, muitos remédios para tratamento psiquiátrico, usados pelos Potiguara para curar gripes e resfriados.

A FUNAI mantinha convênio com algumas instituições governamentais (FUNRURAL, FUSEP, etc.), mas não dispunha de transporte apropriado para levar os doentes até os hospitais. Ordens expressas da FUNAI permitiam apenas o internamento de casos extremamente graves. Na época (1975), a FUSEP contribuía com uma médica e uma dentista, duas vezes por mês, durante duas horas, ou seja, durante apenas quatro horas mensais, para atender uma população de cerca de 3000 pessoas. O número de pessoas atendidas por estas médicas era baixo (em torno de 30 pessoas por mês no caso da médica, e de 24 por mês no caso da dentista), porque, embora não tivessem hora certa para iniciar o trabalho, religiosamente encerravam o expediente às 12.00 horas. Muitos Potiguara doentes, depois de andarem horas a pé, voltavam para suas casas sem serem atendidos. E muitos nunca mais voltavam para o posto médico no Forte, o único lugar no P.I. onde havia alguma

assistência médica, mas apenas para aqueles poucos que tiveram a sorte de serem atendidos.

d) Migrações

Outro fator que influencia a estrutura demográfica potiguara é a migração. Principalmente devido aos casamentos encontram-se em cada aldeia pessoas provenientes de outras aldeias. Embora estas migrações internas afetem a estrutura demográfica de cada aldeia, não chegam a influenciar na estrutura da população potiguara como um todo. O que nos interessa aqui é, portanto, apenas a emigração para fora da área indígena.

De São Francisco, em 1975 com 398 habitantes, emigraram nos anos anteriores 63 pessoas; do Galego, com 322 habitantes, saíram 42. Foram contados apenas parentes de atuais residentes das aldeias. É possível que tenham emigrado famílias inteiras, sem parentes nas duas aldeias citadas. Foram excluídos ainda os remanescentes que se mudaram para a Baía da Traição já que esta, na época, ficava dentro da área indígena. O número real de emigrações era, portanto, com certeza superior aos números citados acima.

Ninguém emigra sem motivo, consciente ou não. No caso potiguara, o motivo principal é a precária situação no Posto Indígena que não permite a ninguém melhorar de vida. Desde 1969 tenho visitado regularmente o Posto Indígena e posso afirmar que a situação dos Potiguara piora a cada dia. Muitos consideram a situação insustentável e emigram, para terminar, por exemplo, na Rua João Telles de Menezes, na Ilha do Governador, no Rio de Janeiro, por onde já passaram e onde ainda residem muitos Potiguara, pagando caro para um quarto num beco sem saída, sem ventilação, sem as necessárias instalações sanitárias e habitado, às vezes, por mais de seis pessoas.

A emigração não se faz ao acaso. É raro alguém emigrar sem conhecer algum parente ou amigo no lugar escolhido para iniciar uma nova vida. Geralmente são estes parentes e amigos que fazem a devida propaganda quando (bem vestidos, relógio no pulso, dinheiro no bolso, sapato lustroso, usando óculos escuros, carregando rádio de pilha e falando 'diferente') estão de visita às aldeias de origem.

Entre as cidades preferidas pelos emigrantes, deve ser mencionado o Rio de Janeiro. Dos 63 emigrantes de São Francisco, 28 foram para o Rio de Janeiro e 16 para João Pessoa. Dos 42 do Galego, 24 seguiram para o Rio de Janeiro e apenas 6 para João Pessoa. Só alguns poucos tentam a sorte em São Paulo. O alto índice de migração é, ao mesmo tempo, um índice do mal-estar potiguara e da ineficiência da FUNAI. Freiar este movimento migratório só será possível criando-se melhores condições de vida dentro do Posto Indígena, algo que o SPI e a FUNAI até hoje não conseguiram, antes pelo contrário.

Capítulo 2

A DESTRUIÇÃO DA CULTURA POTIGUARA.

A cultura potiguara no Século XVI.

Os documentos históricos são unânimes em afirmar que os Potiguara eram índios tupi. O cronista Gabriel Soares de Sousa, em 1587, informa que os Potiguara "falam a mesma língua dos Tupinambá e Caeté, tem os mesmos costumes e gentilidades". Sobre os Tupi e Tupinambá, nomes genéricos para os índios que no início do Século XVI habitavam o litoral do Brasil, existem excelentes estudos de Alfred Metraux (1928), Estevão Pinto (1938) e Florestan Fernandes (1949, 1952), todos baseados em informações de cronistas coloniais.⁶

Embora estes trabalhos não tratem especificamente dos Potiguara, apresentam uma boa reconstrução da cultura tupinambá que, em linhas gerais e apesar das variações locais, deve ter sido também a cultura potiguara.

A partir de meados do Século XVII cessam por completo as informações sobre a cultura potiguara, de modo que é impossível analisar as mudanças culturais em sua dimensão histórica. Hoje, a quase totalidade dos Potiguara vive numa extrema pobreza, em péssimas condições habitacionais e sem o mínimo conforto material. Da antiga "cultura indígena", nada sobrou. Todos, sem exceção, vivem de acordo com os padrões culturais dos habitantes rurais não-indígenas da região. Há muito tempo falam somente a língua portuguesa.

O único elemento que ainda lembrava a sua ascendência indígena era a dança do toré, que executavam às vezes em cidades próximas, para dar mais brilho a festas folclóricas ou a comemorações de datas nacionais como, por exemplo, a Semana do Índio. Uma tentativa espontânea de dançar o toré na aldeia São Francisco, em 1969, quase resultou em briga por causa dos desentendimentos sobre o texto, o ritmo e a coreografia. Além de praticamente esquecido, o texto e a música do toré mostraram fortes influências da música popular não-indígena regional.

Posteriormente, nas Reuniões Regionais de Lideranças Indígenas, organizadas pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), aprenderam que "índio precisa ter cultura indígena", precisa exibir símbolos de indianidade. E assim o toré passou a ser uma exibição pública de indianidade, em encontros, festas e outros eventos que contam com a presença de pessoas estranhas à comunidade potiguara.

Nos quase cinco séculos de convivência com os brancos, os Potiguara já passaram por várias situações de contato, nem sempre felizes e que ainda não foram devidamente estudados por historiadores e antropólogos. Mas o resultado tem sido uma extrema pobreza. Os Potiguara perderam os privilégios, direitos e confortos que outrora possuíam. Foram obrigados a viver de acordo com as regras e os valores da sociedade nacional, mas ao mesmo tempo não tiveram pleno acesso a esta sociedade e à sua cultura. Perderam sua cultura tradicional - inclusive a língua e a religião - que foi substituída, na medida do possível, pela cultura regional. Mas não tiveram acesso a todos os setores desta cultura, e principalmente não àqueles que constituem um privilégio para a sociedade dominante.

Tiveram acesso, por exemplo, à língua portuguesa e à religião católica, à alimentação, ao vestuário, à habitação, às ferramentas, armas e utensílios, mas não na medida em que queriam. Lavram a terra ao modo regional, plantam os mesmos produtos dos camponeses

⁶ Fernandes, Fl., *Organização social dos Tupinambá*, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1963 (1a. edição 1949); Fernandes, Fl., "A função social da guerra na sociedade tupinambá", *Revista do Museu Paulista*, N.S. Vol. VI, 1952, pp.7-425; Metraux, A., *A religião dos Tupinambás*, São Paulo, Editora Nacional/EDUSP, 1979 (1a. edição 1928); Pinto, E., *Os indígenas do Nordeste*, 2 vols, Vol. 2, São Paulo, Comp. Editora Nacional, 1938.

não-indígenas, compram, trocam e vendem como eles e com eles, mas tudo isto é insuficiente para satisfazer suas necessidades básicas. Casam no civil e no religioso, possuem título eleitoral e alguns remanescentes até conseguiram ser vereadores do município de Baía da Traição. As crianças frequentam as poucas escolas de primeiro grau existentes dentro do Posto Indígena, os adultos jogam futebol e dançam ao som de músicas tipicamente nordestinas. Algumas aldeias já têm energia elétrica e água encanada. Os velhos recebem aposentadoria.

Mas muito disto não pediram, nem queriam. Simplesmente lhes lhes foi imposto. Aquilo que realmente queriam, e ainda querem, foi-lhes negado: suas terras, invadidas pelos habitantes regionais; sua religião, até há pouco tempo atrás proibida pelas autoridades estaduais; participação ativa nas decisões sobre seu destino, negada pela FUNAI que, inclusive, continua nomeando o cacique, sem consulta à comunidade potiguara; uma educação mais completa para seus filhos, que não têm acesso às escolas de segundo grau nem às universidades.

Economia potiguara.

a) agricultura

Os mais velhos lembram com saudade as sete matas outrora existentes, abundantes em caça de porte grande. Em 1975 só restava uma mata, nos confins da área indígena, e sem caça. O restante da área tem vegetação típica de tabuleiro. Sobre a qualidade destas terras, José Américo de Almeida escreveu, em 1923: "A faixa de ARISCO... é pobre de elementos fertilizantes... Com essa composição mineralógica, sem elementos úteis, esse terreno afigura-se imprestável. Entretanto, é por sua própria formação, excepcionalmente propício às tuberosas. É a zona da mandioca. Ainda mais sáfio parece o TABULEIRO contíguo. A vegetação típica dessa faixa de natureza silicosa indica o seu aproveitamento. Essa sociedade florística é composta de mangabeira, de cajueiro bravo, e de batiputá... De forma que O TRECHO MAIS INGRATO DE TODO O TERRITÓRIO PARAIBANO tem, graças a essa flora de resistência e sobriedade, um meio fácil de valorização".⁷

Apesar de tudo, foi destas terras que, durante séculos, os Potiguara tiraram seu sustento. Os documentos históricos informam que os antigos Potiguara tinham uma agricultura bastante desenvolvida. O principal produto era a mandioca, seguindo-se o milho, a batata, o feijão, o jerimum, o amendoim. Ao que tudo indica, alimentos não faltavam. Além disto plantavam algodão e fumo.

Hoje, sua agricultura já não é mais tão diversificada, embora as técnicas agrícolas continuem quase as mesmas. Cultivam dois tipos de solo: o arisco e o paúl.

No arisco, terras secas no tabuleiro, praticam a chamada "coivara", que começa com o desmatamento e a limpeza do terreno. Inicialmente cortam no local escolhido a madeira apropriada para a construção das casas e para fazer carvão. Depois queimam a vegetação restante. No meio dos troncos queimados fazem uma limpeza complementar e plantam a mandioca, o milho e o feijão. A maior parte da roça é destinada à mandioca, que é plantada em dezembro/janeiro e outra vez em setembro. Em janeiro plantam o feijão; em março o milho. Após uma safra, no máximo duas, a roça é abandonada e o processo se repete em outro local.

No paúl, terras úmidas nas várzeas dos riachos que cortam a área, plantam apenas uma vez por ano, no início do verão, a partir de setembro/outubro. No inverno, época de chuvas, as terras são demasiadamente molhadas. Também no paúl plantam mandioca, milho e feijão,

⁷. Almeida, J. Américo de, *A Paraíba e seus problemas*, João Pessoa, Governo do Estado, 1980, pp.575-579.

além de bananeiras. Trata-se de terras mais férteis que são cultivadas durante anos, até o solo ser esgotado. No entanto, há anos em que o paúl não seca o bastante, impossibilitando total ou parcialmente a sua utilização.

A mandioca precisa de oito meses para amadurecer, o feijão e milho apenas três. São utilizadas apenas duas ferramentas: a foice para o desmatamento e a enxada para a limpeza e o plantio. O trabalho inicial cabe aos homens. Na fase de plantio e da colheita são eventualmente assistidos pelas mulheres.

Não sabemos o tamanho das roças antigas, mas nenhum documento informa que os Potiguara passavam fome. Plantavam, portanto, o suficiente para a sua alimentação e talvez até uns excedentes para trocar com outros índios ou negociar com os brancos. Em 1975, a situação era bem diferente. A área cultivada por cada família era pequena, algo em torno de um a dois hectares, o que era insuficiente para alimentar uma família e produzir excedentes para vender. E produzir excedentes é hoje uma necessidade, já que, com exceção dos produtos da roça, precisam comprar praticamente tudo: carne, peixe, remédios, vestuário, ferramentas, etc.

A produção agrícola era pequena por vários motivos. Em primeiro lugar há a má qualidade das terras do tabuleiro, que constituem a quase totalidade da área indígena. Um problema adicional é a presença de formigas de roça. Poucos remanescentes dispõem de dinheiro para a aquisição de formicida. Pelo mesmo motivo também não são utilizados adubos.

b) extração de madeira.

Para completar a renda familiar, precisavam recorrer a outras fontes. A possibilidade de vender a própria força de trabalho, tão comum em outros grupos indígenas, em 1975 era mínima. De vez em quando alguém conseguia um emprego nas construções de casas de veraneio em Baía da Traição, mas eram poucos.

Restava como último recurso a extração de madeira, que já então sempre mais se tornava difícil, em parte porque a FUNAI proibia a devastação das matas, em parte devido ao desaparecimento das matas antigas. No Século XVI os Potiguara comerciavam pau-brasil com os franceses. Mas esta atividade há muito tempo acabou. Em 1975 já eram poucas as madeiras de lei existentes na área indígena e encomendas das mesmas eram raras.

Mais frequentes eram as encomendas, por pessoas de Baía da Traição ou de outras cidades, de caibros e ripas para a construção de casas, ou de varas para cercados. As encomendas eram feitas a um só indivíduo, mas como geralmente eram grandes, o suficiente para carregar um caminhão, a pessoa solicitava a colaboração de outros homens. Cada um trabalhava individualmente e recebia depois a sua parte do dinheiro, proporcional à sua produção. Embora irregular, em 1975 a extração de madeira constituía ainda uma razoável fonte de renda suplementar para os Potiguara. Sem ela, as privações teriam sido maiores ainda.

Dentro de pouco tempo, porém, não haverá mais madeira de lei na área indígena, nem para consumo próprio. A madeira de mata secundária é de pouco valor econômico e, além disto, a sociedade regional sempre menos precisa destas madeiras para a construção de suas casas ou de cercados.

c) fruticultura.

Os antigos Potiguara já praticavam a coleta de frutas, como o caju e a mangaba, utilizadas na fabricação de bebidas fermentadas. Do caju aproveitavam ainda a castanha. Em 1975 a coleta da mangaba ainda era praticada, mas agora para fins econômicos.

No lugar das matas devastadas surgiram muitas mangabeiras, espalhadas pelos tabuleiros. Obra da própria natureza, não têm donos. Na época da safra (de abril a novembro) forneciam a muitos índios uma fonte de renda complementar. A fruta era apanhada principalmente pelos velhos e pelas mulheres e crianças maiores e vendida aos regionais. Desde 1969 tem havido vários compradores, mas todos tiveram em comum o baixo preço que pagavam por uma 'caixa' de mangaba. O preço variava de acordo com a oferta do produto, mas em 1974 estava em torno de 4 cruzeiros por uma caixa de cerca de 45x35x30cm. Ou seja, o suficiente para comprar um quilo de feijão. A produção diária de uma pessoa adulta não ia além de duas caixas. Acumulando o trabalho de várias pessoas ou de dois dias (a fruta se estraga rapidamente) podia-se chegar a 4 ou 5 caixas, mas raras vezes se colhia mais do que isto. O produto era vendido no local. Os compradores cuidavam do transporte.

Depois de 1975, a mangaba passou a ser comprada pela fábrica Maguary, do Recife, que enviava seu caminhão em dias previamente marcados. Apesar da exploração econômica (porque os preços pagos pelo produto eram ridiculamente baixos) ninguém reclamava. Ao contrário, anteriormente as frutas simplesmente apodreciam, pois não eram usadas para consumo próprio. E os Potiguara não tinham meios para comercializar a mangaba com maiores lucros, principalmente no mercado recifense ou em outras cidades onde existe procura do produto, utilizado em sucos e sorvetes.

Ainda há outras fruteiras de propriedade coletiva, como o cajueiro, mas cujos frutos e castanhas não são comercializados.

Entre as fruteiras de propriedade individual - plantadas pelo próprio dono ou adquiridas através de compra ou herança - devem ser mencionadas as bananeiras, coqueiros e mangueiras. Existe ainda um número relativamente pequeno de jaqueiras e em algumas aldeias há pequenas plantações de laranjeiras.

Uma considerável fonte de renda poderia ser a exploração de coqueiros. Existem dois tipos de coqueiros: o 'anão', de baixa altura, que fornece excelentes cocos verdes e péssimos cocos secos, sem valor comercial, e o 'coqueiro de praia', alto, que produz três a quatro vezes por ano grande número de cocos secos, de grande aceitação nos mercados regionais. Quase todos os coqueiros potiguara são do tipo 'de praia'.

Infelizmente, há vários problemas. Em primeiro lugar, um coqueiro de praia leva 8 a 10 anos para botar, dependendo dos cuidados que recebe. Este fato desestimula muitos a plantar, pois hoje em dia ninguém parece ter a paciência para esperar tanto. Preferem os lucros imediatos, porque também as necessidades são imediatas. O importante é ter comida hoje. Planejar para o futuro é coisa de rico. Praticamente todos os coqueiros existentes foram plantados pelos "velhos", pelos pais ou avôs. Não vi plantações de coqueiros novos.

Em segundo lugar, há o eterno problema da falta de transportes e, conseqüentemente, de mercados consumidores. No mínimo, os cocos devem ser transportados, em caçuás, até a Baía da Traição, onde regularmente aparecem compradores. Em terceiro lugar, há a instabilidade dos preços. Em dezembro de 1974, a FUNAI (que possuía cerca de 3000 coqueiros na área indígena) conseguiu um preço de Cr\$ 1,20 por unidade. No início de 1976, quem conseguia Cr\$ 0,50 podia ser considerado um homem feliz.

Da mesma forma como a agricultura, também a fruticultura não oferece nenhuma segurança ao camponês, seja ele índio ou não. Principalmente no Galego, onde existem mais de 5000 coqueiros, esta queda de preço deve ter causado prejuízos consideráveis.

Embora haja um grande número de bananeiras na área (só na aldeia São Francisco eram cerca de 7500), e um número relativamente grande de mangueiras (cerca de 200 em São Francisco e 500 no Galego), sua importância econômica é mínima. São frutas facilmente perecíveis, não há transportes adequados e os mercados consumidores ficam distantes. O

mercado de Baía da Traição, o único razoavelmente perto, é rapidamente saturado, mesmo na estação de veraneio.

d) pesca.

Os documentos históricos informam que os índios tupi também se dedicavam à pesca, com linha (feita de tucum) e anzol (de osso, pau ou espinha de peixe), com pequenas redes (puçá), arco e flecha, e arpão. Utilizavam canoas e, ao que parece, também jangadas. Pescavam nos rios e no mar, mas tudo indica que nunca se afastavam muito do litoral e que a pesca era mais na beira mar.

Seja como for, hoje os Potiguara não praticam mais a pesca como atividade econômica. Contrário às afirmações do antropólogo Amorim (1970/71), os Potiguara não são pescadores marítimos. O campesinato pesqueiro potiguara, tão detalhadamente descrito em sua tese de mestrado, na realidade não existe. Trata-se de uma atividade quase exclusiva de não-índios, residentes em Baía da Traição, que utilizam alguns poucos remanescentes como mão-de-obra. Em 1975, um censo iniciado nesta cidade (mas não concluído por falta de tempo) mostrou que de 162 homens adultos, 50 eram pescadores e destes apenas 12 eram remanescentes potiguara. Em São Francisco e no Forte não havia nenhum pescador indígena; na aldeia Galego apenas um pescador potiguara e quatro pescadores não-indígenas. As outras aldeias ficam mais afastadas do litoral e nelas com certeza não se pratica a pesca marítima.

Acrescenta-se a isto ainda que quase todo o litoral da área indígena é constituída por falésias, que impossibilitam a formação de aldeias pesqueiras. A única área que presta para esta atividade é a Baía da Traição, justamente a área há séculos ocupada por não-índios.

Não tenho informações sobre uma eventual pesca fluvial nos rios Camaratuba e Mamanguape, que constituem os limites da área indígena. Mas os Potiguara não fabricam mais canoas (e menos ainda jangadas, se é que algum dia o fizeram) e só uns poucos pescam com linha e anzol, mais como esporte do que como atividade econômica. Nos mangues dos rios só os mais pobres apanham caranguejos, para consumo próprio e venda a terceiros, dentro da área indígena.

e) criação de animais.

A área indígena não possui boas pastagens. Mesmo que seus habitantes tivessem dinheiro para comprar algumas cabeças de gado, não teriam muitas possibilidades de criá-las adequadamente.

Tradicionalmente, porcos, cabras e galinhas têm sido, no Nordeste, a riqueza do pobre, seu seguro para os dias difíceis, sua 'caderneta de poupança' nas épocas de abundância, sua alegria nos dias de festa. Mesmo nos centros urbanos são uma presença constante nos bairros menos privilegiados. Não poderiam faltar também entre os Potiguara. Mas, embora sendo de fácil criação e de aquisição relativamente barata, somente 20 famílias de São Francisco e 6 do Galego possuíam em 1975 um ou mais porcos. Menor ainda era o número daquelas que criavam cabras. Galinhas são de fácil criação, mas igualmente de fácil desaparecimento. Devido aos frequentes roubos, muitos simplesmente desistiram da criação de galinhas, para evitar problemas dentro do grupo. Mesmo estas 'riquezas do pobre' faltam, portanto, em muitas casas potiguara, agravando ainda mais a já precária situação econômica.

f) comercialização dos produtos.

Para trazer até a aldeia as madeiras extraídas ou os produtos das roças às vezes distantes, ou para transportar estes produtos até a Baía da Traição, torna-se obrigatória a ajuda de um animal de carga. Apesar disto, 36 famílias (62%) de São Francisco e 30 no Galego (68%) não possuíam (em 1975) nenhum animal de carga e dependiam para estes serviços dos animais de amigos ou de parentes. Muitos afirmaram que já possuíram um cavalo, mas este morreu e não tiveram recursos para comprar um novo. Outros tiveram que vender o animal para poder sobreviver.

Antes de 1969, os Potiguara transportavam seus produtos agrícolas em caminhões particulares para a feira semanal de Rio Tinto, pagando uma taxa de 2 cruzeiros por pessoa e por volume, o que era considerado caro. Por causa disto, a FUNAI adquiriu naquele ano um caminhão, que semanalmente levava grande número de pessoas a Rio Tinto. A FUNAI cobrava 1 cruzeiro por pessoa e 50 centavos por volume, para garantir a manutenção do caminhão. Este atendia principalmente à população de São Francisco, Galego, Forte e São Miguel.

Pouco tempo depois, o caminhão, por falta de manutenção, muitas vezes já não podia mais cumprir, com a devida regularidade, a sua função, e de repente foi transferido para outro Posto Indígena. A esta altura não existia mais o caminhão particular e assim os Potiguara ficaram sem transporte e, portanto, sem possibilidade de comercializar os seus produtos. A cidade de Rio Tinto fica a cerca de 30 km. da aldeia São Francisco, longe demais para animais de carga. A feira de Baía da Traição, que surgiu há poucos anos, em consequência do desenvolvimento veranístico da cidade, atrai poucos consumidores e beneficia somente os remanescentes que moram perto.

Por tradição, os Potiguara eram, portanto, agricultores, pelo menos até 1975. Se eram bons ou maus agricultores, se aproveitavam ou não todas as possibilidades que a terra lhes oferecia, se trabalhavam o bastante, já são outras questões. Não resta dúvida que em 1975 dispunham de uma área razoavelmente grande, que nem toda era aproveitada. Mas há várias explicações para esta aparente "preguiça": a péssima qualidade das terras; a falta de recursos materiais e financeiros para a compra de inseticidas, adubos e sementes; a falta de orientação e assistência por parte dos órgãos governamentais; a impossibilidade de obter financiamentos bancários, pelo fato de as terras serem de posse coletiva e propriedade da União; a distância dos centros consumidores e a falta de transportes. Todos estes fatores devem ter desestimulado os Potiguara a produzir além do mínimo necessário para o seu próprio sustento. Excluindo-se os proprietários de coqueiros e bananeiras, em 1975 ninguém tinha excedentes agrícolas para comercializar.

A pobreza dos Potiguara.

Como em todas as comunidades camponesas, a renda familiar potiguara é muito variável. Períodos de extrema carência são intercalados por períodos de abundância, por exemplo, na época das safras ou quando há muita procura de madeira nos mercados regionais. Difícil, portanto, saber quanto ganha mensalmente um Potiguara. Há não apenas meses bons e ruins, mas também anos bons e ruins. 1975 foi, com certeza, um ano ruim. Diante desta dificuldade técnica, preferimos investigar o que os Potiguara possuem, e quais as suas aspirações.

A seguir, serão apresentados os resultados obtidos, no ano de 1975, em 58 das 74 casas existentes em São Francisco, e em 44 das 47 casas do Galego. Foram excluídas as casas habitadas por pessoas solteiras ou viúvas. Só ocasionalmente serão feitas comparações com outras aldeias.

a) habitação.

A quase totalidade das casas potiguara é de taipa. Dependendo dos cuidados do proprietário, e desde que habitada, este tipo de casa pode resistir durante longos anos. O barro aguenta chuva e vento, e eventuais estragos podem ser facilmente consertados. O problema está mais na madeira, que pode ser comida pelo cupim ou apodrecer, principalmente na base da casa.

As janelas e portas são normalmente feitas de tábuas. Não há janelas com vidros, mas muitas casas têm ainda janelas e portas de palha trançada que algum dia deve ser substituída por madeira, quando a situação financeira o permitir. As paredes internas e externas carecem quase sempre de rebouco e pintura, um luxo só para os mais ricos. Também é luxo um piso cimentado. O normal é mesmo um piso de terra batida.

Predominam as casas cobertas de palha (de coqueiro). Embora talvez reduzam o calor interno, mais do que as telhas, têm a desvantagem de estragar rapidamente. Pelo menos de ano em ano precisariam ser renovadas, mas nem todos o fazem, ou podem fazê-lo. Cerca de 20% das famílias não possuem coqueiros e precisam comprar as palhas, a não ser que alguém as forneça gratuitamente ou em troca de algum serviço.

A casa potiguara, em geral, é composta de uma sala, na frente, seguida, no meio, por um quarto e um corredor que liga a sala à cozinha, na parte de trás. As dimensões podem variar, mas em regra a casa toda não ocupa mais de 25 a 30 metros quadrados. Às vezes nem isso, pois em São Francisco, nove casas não possuíam cozinha. No quarto mal cabe a cama de casal. Os filhos dormem em redes ou no chão em qualquer outra parte da casa ou, quando ainda pequenos, na cama, junto com a mãe, expulsando o pai para uma rede na sala.

Não existiam privadas internas ou externas, nem água encanada nem energia elétrica, privilégios na época só encontrados no Forte, onde fica a residência do encarregado da FUNAI.

b) móveis e utensílios.

Uma das primeiras coisas que se observa, ao entrar numa casa potiguara, é a quase ausência de móveis. A sala pode estar totalmente vazia, ou conter apenas um banco rústico, feito de uma tábua grossa. Na cozinha, quase toda casa possui uma mesa, ou algo semelhante, com alguns tamboretas para as refeições. Mas há casas onde se come sentado no chão, sendo o único assento um tijolo ou um pedaço de pau. Em 1975, a única cadeira existente em São Francisco estava caindo em pedaços.

O espaço do quarto é ocupado pela cama do casal, com colchão de capim, comprado na feira de Rio Tinto. Há algumas camas de varas, mas não gostam de confessá-lo. Para aqueles que não dormem em camas, há redes, mas em algumas casas dorme-se em cima de uma esteira, ou simplesmente no chão. Reduzido é o número de guarda-roupas, que são substituídos por malas de viagem ou caixas de papelão. Alguns possuem tão pouca roupa que nem precisam disto.

A cozinha contém, pelo menos em São Francisco, em geral apenas o mínimo necessário para preparar os alimentos, motivo pelo qual também não há, ainda, necessidade de um armário de cozinha. As poucas coisas que têm, penduram nas paredes ou enfiam no teto, entre as palhas.

Mesmo as casas cobertas de telha têm muitas vezes a cozinha coberta de palha, o que facilita a saída da fumaça. Os fogões são de barro, sem chaminé, utilizando-se lenha e carvão vegetal como combustível. Não havia nenhum fogão a gás. Nas casas onde falta a cozinha e/ou o fogão, cozinha-se no chão, apoiando-se as panelas em cima de alguns tijolos.

No fogão de barro há, no máximo, duas bocas e o número de panelas, em geral, não vai além disto. Todo o almoço ou jantar (quase sempre feijão) é cozinhado em uma só panela. Peixe e carne às vezes são assados numa grelha. Não há necessidade de uma panela extra, para cozinhar arroz, porque "arroz não enche a barriga" e é por todos considerado um alimento sem valor nutritivo. Só aparece nos dias de casamento, como algo especial.

Apesar de a dona da casa não precisar de muitas panelas, mesmo assim, na medida em que vai enriquecendo, substitui as panelas de barro por outras de alumínio, e em número sempre maior, até possuir a "bateria" completa, parte da qual nunca é usada.

Os potes de carregar água são de barro, embora às vezes substituídos por latas de querozene (20 lts.). De acordo com o tamanho da família, bastam um ou dois potes, já que os banhos são tomados no próprio riacho, onde também se lava a louça e a roupa suja. É mais fácil levar a louça e a roupa até a água do que carregar um pesado pote d'água até em casa, principalmente para aqueles que moram mais distante do riacho. A água dos potes é para beber e cozinhar. Somente 4 das 102 casas possuíam um filtro d'água. As outras pessoas ou não têm dinheiro para comprar este objeto caro ou, na maioria dos casos, não sentem nenhuma necessidade de possuir um, porque só dificulta a vida. A água apanhada de manhã cedo tem uma aparência limpa e acreditam que basta coá-la num pano, para reter eventuais impurezas.

Quanto aos outros apetrechos culinários, há pratos suficientes para todos, o mesmo não acontecendo com as xícaras, copos e talheres, que são sempre inferiores ao número de habitantes da casa. O instrumento mais útil e necessário é a colher, embora muitos prefiram comer com a mão, mesmo dispondo de uma colher. A faca de cozinha (ou aquilo que, uma vez, mereceu este nome) passa de uma pessoa para outra. Garfos não são usados, "porque espetam a boca", segundo alguns, ou porque entortam rapidamente, segundo outros.

Os copos são em muitas casas completados ou substituídos por latinhas, principalmente para as crianças. Um caneco de alumínio fica pendurado perto do pote d'água, para que qualquer pessoa possa servir-se dele para beber água. Não se lava o caneco antes ou depois de beber.

Em 1969 existiam apenas dois rádios em São Francisco. À noite, muitos adultos se reuniam em redor do rádio do enfermeiro da FUNAI, já que a casa com o outro rádio ficava mais afastada. Em 1975 já havia doze rádios na aldeia (todos à pilha) e as reuniões na casa do enfermeiro acabaram. O rádio era objeto de luxo, de "status" para alguns, e um sonho para todos. No Galego existiam até três "radiolas" (rádio com toca-disco).

Na mesma categoria de objetos de luxo e prestígio se situa o relógio de pulso. No Forte, entre os funcionários da FUNAI, a média era de 2,8 relógios por casa! E não há potiguara carioca ou paulistano, de visita à aldeia, que não ostenta um no pulso. Valorizada era também a máquina de costura (10 em São Francisco e 6 no Galego). Como novo objeto de prestígio estava surgindo a bicicleta. Em 1975 havia duas no Galego e alguns meses após o nosso levantamento foram introduzidas três bicicletas (usadas) em São Francisco. Eram utilizadas pelos jovens para suas constantes viagens a Baía da Traição.

Quanto às ferramentas de trabalho, duas não podem faltar em nenhuma casa: a enxada e a foice de broca (foice grande, para desmatamento). No corte de madeira, a foice é preferida sobre o machado, que só é utilizado para derrubar troncos maiores.

De mil e uma utilidade é a faca peixeira, mas apesar disto nem todos os homens adultos a possuíam. Alguns confessavam que não tinham dinheiro para comprá-la, outros alegavam que não gostavam de andar "armados". Quase não havia facões nas aldeias.

Ao todo só havia onze selas em São Francisco e no Galego, o que mostra que o cavalo é antes de tudo usado como animal de carga. Os animais não são usados para tração nas atividades agrícolas. Não existem arados.

c) vestuário.

Na análise sobre quanto os Potiguara gastam (ou podem gastar) com vestuário, tomei como base apenas o vestuário do casal. Os homens possuem em geral cerca de 3 calças e camisas, as mulheres cerca de 4 vestidos, uma ou duas blusas e número igual de saias. Nota-se a ausência quase total de sapatos, que são substituídos pelas populares sandálias japonesas (havaianas) ou, às vezes, por sandálias de couro, de que possuem apenas o par que utilizam no momento.

Na realidade, os números acima pouco significam, porque nada nos dizem sobre a qualidade das roupas. Em São Francisco tive muitas vezes sérias dúvidas sobre se aqueles farrapos ainda podiam ser considerados "vestuário". Sem exagerar, posso afirmar que muitas roupas fariam vergonha a qualquer mendigo urbano.

Normalmente, tanto o homem quanto a mulher, possuem pelo menos uma roupa em bom estado de conservação, que é a roupa para sair ou para as missas e festas. Esta não apresenta ainda remendos e rasgões. As mulheres podem possuir até mais do que uma roupa completa deste tipo, sejam dois vestidos ou um vestido e uma saia com blusa. Em casa, ou para fazer as compras na rua, as mulheres usam uma roupa mais simples, a antiga "roupa boa", mantida inteira através de costuras diversas. Mesmo assim, a roupa feminina, em geral, é apresentável. No caso dos homens, só se pode dizer o mesmo apenas da calça e da camisa de sair, usados após o trabalho ou nos dias feriados. As outras peças do vestuário estão quase sempre em lastimável estado de conservação. Nenhuma calça ou camisa resiste por muito tempo ao trabalho nas roças ou na extração de madeira.

O inventário seco que até aqui fiz dos bens materiais potiguara deve ter deixado uma impressão de grande pobreza. De fato, os Potiguara consideram-se pobres. Eles conhecem de perto a situação dos habitantes não-indígenas de Baía da Traição, Rio Tinto e Maman-guape e sabem a diferença entre o seu modo de vida e o dos habitantes regionais. Aquilo que possuem não é, de modo algum, suficiente para satisfazer suas necessidades materiais.

Há quem tenta explicar (e justificar) esta pobreza material potiguara alegando que se trata de tradicional "cultura indígena pré-colombiana". Não é nada disto. Os Potiguara habitam em casebres, dormem em camas de varas ou em esteiras, comem feijão e farinha com a mão sentados no chão, vestem farrapos, andam descalços, utilizam potes e panelas de barro, não porque estes são antigos costumes indígenas. É pobreza mesmo!

Organização política.

Quando, por volta de 1930, o SPI passou a tomar conta dos Potiguara, ainda existia a liderança tradicional, na figura do tuxaua Manuel Santana dos Santos. Na década de 40, a liderança era exercida por Pedro Ciríaco, um índio tão insubmisso que o SPI, em 1951, chegou a propor a sua expulsão para outro posto indígena.

Deve ter sido por causa disto que o SPI resolveu indicar seu próprio tuxaua, prática comum em muitos postos indígenas. O escolhido foi Daniel Santana dos Santos, filho do falecido tuxaua Manuel Santana. Este se tornou, no decorrer dos anos, um obediente e dócil instrumento nas mãos dos respectivos encarregados do Posto Indígena. Daniel Santana faleceu em 1989, sendo sucedido por seu filho Heleno, por indicação da FUNAI, sem consulta à comunidade indígena.

Em 1966 existiam no P.I. sete aldeias com uma população superior a cem pessoas e dezoito menores, todas elas relativamente distantes uma da outra, o que dificultava as comunicações entre as aldeias e povoados. Também nestas aldeias e povoados não havia mais vestígios de lideranças locais. Existia um extremo individualismo e uma ausência total de mentalidade comunitária. A tomada de decisões coletivas, em benefício da comunidade, era algo extremamente penoso, como observei inúmeras vezes em São Francisco. Foi por isso que, em 1975, escrevi que somente em época de crise ainda podiam surgir líderes espontâneos como, por exemplo, no caso de invasão de terras.

Foi o que de fato aconteceu, embora não tão espontaneamente, por volta de 1980, quando houve um movimento para a demarcação de suas terras. Por influência de dois agentes pastorais do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), foi eleito, no dia 19 de abril de 1981, um novo tuxaua (a denominação tradicional), agora batizado "cacique". Da eleição teriam participado índios das aldeias São Francisco, Jacaré e Tramataia, ou seja, apenas índios das aldeias nas quais o CIMI atuava. O eleito foi Severino Fernandes, da aldeia São Francisco, que já desde o final da década de 70 liderava os índios em questões territoriais. O jornalista que presenciou a eleição informa ainda que "a indicação de Severino Fernandes para o cargo de cacique foi resultado do descontentamento dos habitantes da reserva com a falta de atenção de Daniel com relação aos problemas enfrentados pela comunidade" e que "após a indicação do novo cacique decidiram que irão até o Posto da FUNAI comunicar ao delegado do órgão que têm um novo chefe e que qualquer comunicado ou questão, a partir de agora, terá de ser tratada com o senhor Severino Fernandes". (Jornal Correio 21.04.81).

Existia, portanto, a clara intenção de depor o tuxaua biônico Daniel Santana. Só que, na prática, isto não aconteceu, e o novo "cacique" passou a coexistir pacificamente ao lado do tuxaua da FUNAI. Quando este "cacique" passou a receber dinheiro de organizações de apoio ao índio, do Sul do país, como também de invasores das terras indígenas, entre os quais a destilaria de álcool e vários plantadores de cana de açúcar, surgiram conflitos internos e a divisão da comunidade em várias facções hostis, já que prestar contas de dinheiro recebido em benefício da coletividade não faz parte dos padrões culturais potiguara.

Assim os Potiguara passaram a ter dois "caciques": (1) o cacique-FUNAI, o cacique biônico nomeado pelo órgão oficial de assistência e (2) o cacique-CIMI (inicialmente Severino Fernandes, depois de 1984 substituído, sem nova eleição, por João Batista Faustino). A estes dois se juntariam depois de 1984 os "caciques-da-cana", os índios-empresários (dos quais falaremos mais adiante), preocupados com coisa alguma, a não ser em salvar a própria pele, obter o máximo possível de vantagens pessoais e enriquecer a curto prazo.

A reorganização política dos Potiguara não será fácil. Mas, para resolver os atuais problemas territoriais, será necessário o surgimento de autênticos líderes nas aldeias; será necessária a eleição de um novo cacique geral (mas agora eleito por todos, ou pelo menos por representantes de todas as aldeias), a deposição do cacique biônico nomeado pela FUNAI, e a criação de uma espécie de "Conselho Potiguara", com representantes de todas as aldeias.

Religião.

Até 1966, o governo paraibano perseguia violentamente os cultos de origem africana e indígena. Somente naquele ano foi autorizado o livre exercício dos cultos afro-brasileiros pela lei n. 3443 que, entretanto, nada especifica sobre os cultos de origem indígena, como o catimbó.

Tanto na região sul do litoral paraibano, onde ainda existe o catimbó autêntico, nos antigos aldeamentos indígenas de Conde e Alhandra, quanto entre os Potiguara, no Norte do

Estado, sobrevive a lembrança destas perseguições religiosas (que aparentemente sempre foram apoiadas e abençoadas pela Igreja Católica). Por isso os Potiguara não gostam de falar sobre o catimbó. Posso afirmar, no entanto, que pelo menos a crença no catimbó persiste, embora as práticas tenham sido, em grande parte, abolidas ou esquecidas. Poucos Potiguara sabem identificar a jurema, árvore sagrada do catimbó e residência dos "mestres", ou sabem distinguir uma jurema branca de uma jurema preta, algo sobre o que um catimbozeiro não tem qualquer dúvida. É significativo que as pessoas que mais informaram sobre o catimbó, foram 'particulares' (não-índios) residentes nas aldeias. Pouco sei, portanto, sobre o catimbó potiguara, e o pouco que sei, eles preferem que não seja divulgado. Após tantos anos, o medo da opinião pública e de denúncias ainda persiste.

Em 1975, ao ser perguntado sobre sua religião, quase todos os Potiguara se diziam católicos, mas a assistência religiosa e material dada pela Igreja Católica era mais do que precária. Em 1969, a igreja da aldeia São Francisco estava em ruínas. No início da década de 70 ruiu também a velha igreja da vila de São Miguel. A Igreja Católica nada fez para impedir que isto acontecesse, apesar de vários apelos dos índios. Enquanto isto, para missas, batismos e casamentos eram cobradas taxas altíssimas, que deviam ser pagas com antecedência. O tratamento recebido em troca era dos piores possíveis. Na realidade não havia assistência religiosa: havia péssimos e degradantes serviços religiosos, ministrados por um padre holandês de Rio Tinto, pelos quais os Potiguara pagavam um preço muito alto.

No final da década de 70, a Igreja Católica, preocupada com a concorrência de algumas Igrejas protestantes bastante ativas na região, começou a dar um pouco mais de atenção aos Potiguara. Inicialmente, estabeleceram-se em Baía da Traição algumas freiras, que passaram a dedicar-se à educação dos filhos daqueles pais que podiam pagar as mensalidades de sua escola. Realizaram, ainda, o milagre da multiplicação de terras, apropriando-se, impunemente e sem escrúpulos, de um bom lote das terras indígenas, hoje devidamente cercadas. Tudo para suas "obras de caridade", naturalmente. Nas décadas de 70 e 80, nunca tive oportunidade de encontrar estas freiras trabalhando em aldeias potiguara, a não ser acompanhando o padre, para fazer a cobrança de missas, batismos e casamentos.

A atuação de dois agentes pastorais do CIMI, na primeira metade da década de 80, foi simplesmente desastrosa, já que tentavam fazer um trabalho para o qual não possuíam nenhum preparo profissional. O principal problema, no entanto, era que consideravam os Potiguara uma espécie de propriedade particular, uma paróquia, na qual não toleravam a interferência de terceiros, chegando, inclusive, ao cúmulo de boicotar projetos a serem desenvolvidos na área por pessoas e entidades não ligadas à Igreja Católica.

O que se vê, portanto, é a destruição, a proibição e a conseqüente perda quase total da antiga religião indígena, e uma substituição insatisfatória pelas crenças cristãs.

Capítulo 3

A INVASÃO DO TERRITÓRIO POTIGUARA.

A invasão territorial no Século XX.

A invasão e ocupação do território potiguara nos Séculos XVI a XIX, já foram descritas no primeiro capítulo deste ensaio. Outrora donos de praticamente todo o litoral nordestino, da Paraíba ao Maranhão, no início do Século XX restava aos Potiguara apenas a minúscula sesmaria de São Miguel de Baía da Traição, com uma área de apenas "uma légua quadrada".

Também o Serviço de Proteção aos Índios e seu sucessor, a atual FUNAI, não conseguiram resolver a questão territorial. Conflitos entre Potiguara e invasores são constantemente mencionados nos documentos oficiais e em muitos deles os invasores são citados nominalmente. Os documentos atestam também a antiguidade do problema. Em 1975, os invasores do território potiguara eram:

a) Arrendatários: apesar de o arrendamento de terras indígenas ser expressamente proibido pelo Estatuto do Índio, existiam terras arrendadas a não-índios pela própria FUNAI. Em 1949/50 são citados, nominalmente, 165 arrendatários. Um relatório do SPI, de 1967, informa: "só existem 31 moradores que pagam arrendamento... aproximadamente 200 moradores não pagam nada". A última relação de arrendatários pagantes é de 1985/86 e cita 96 nomes. Mas podemos admitir que o número real de pequenos arrendatários não-índigenas (pagantes e não-pagantes) dentro da área potiguara era, no mínimo, o dobro disto.

São estes os pequenos invasores, que ocupam apenas alguns poucos hectares, e com os quais conflitos são raros. Não se distinguem em nada dos próprios Potiguara. Todos são igualmente pobres e têm os mesmos hábitos. Muitos devem ter casado com mulheres potiguara.

b) Fazendeiros: pior era a invasão por algumas dezenas de grandes invasores, muitas vezes fazendeiros vizinhos que ocupavam também parte da área indígena. Seus nomes são constantemente citados nos documentos oficiais. Um documento da FUNAI informa: "existem também invasores das terras da Reserva Indígena que se dizem Senhores de Prestígio e que não pagam arrendamento ao Posto, vindo este mal de tempos atrás". Dois anos depois, o encarregado do Posto enviou uma relação mais ampla, na qual constam os nomes de 27 grandes invasores da área indígena. Todas as demarcações iniciadas pelo SPI e pela FUNAI fracassaram devido à oposição destes invasores. Só não se opuseram à demarcação de 1983/84, que diminuiu a área indígena em 13.500 hectares, e que desmembrou do território potiguara as áreas invadidas.

c) A Companhia de Tecidos Rio Tinto: a estes invasores "tradicionais" veio se juntar, no início do Século XX, a Companhia de Tecidos Rio Tinto, de propriedade da poderosa família Lundgren, conhecida no Brasil inteiro através da cadeia de lojas "Casas Pernambucanas". Em pouco tempo a Companhia apoderou-se das terras do extinto aldeamento de Monte-mór, hoje cidade de Rio Tinto. Desde sua fundação, em 1924, a Companhia tem invadido enormes extensões da área indígena de Baía da Traição, principalmente para cortar madeira de lei para a construção da fábrica, e de lenha para alimentar suas máquinas, utilizando inclusive índios como mão-de-obra. O SPI e posteriormente a FUNAI nunca conseguiram acabar com os abusos cometidos pela Companhia.

d) A cidade de Baía da Traição, situada à beira mar e invadida por alguns milhares de habitantes não-índigenas, em parte permanentes (agricultores, pescadores e comerciantes), em parte veranistas sazonais.

Tradicionalmente, as relações entre os habitantes de Baía da Traição e os índios têm sido pacíficas, já desde o início do Século XVI, pois trata-se de terras sem valor para a economia potiguara. Ao contrário, os índios dependem diariamente dos pescadores para a obtenção de peixes, mais baratos do que carne verde, escassa e de difícil obtenção nas aldeias.

No entanto, no início da década de 70, o prefeito resolveu transformar a cidade numa estância de veraneio. Veranistas e banhistas ocasionais, sempre existiram. Mas agora a exploração turística começou em escala maior. Inicialmente, o prefeito doou a pessoas ricas e influentes de João Pessoa, Campina Grande, Sapé, Mamanguape e Rio Tinto, terrenos à beira mar altamente valorizados. Sabendo que não podia vendê-los, por serem terras indígenas, o prefeito cobrava apenas licenças para construção e outras taxas semelhantes. O novo proprietário pagava 'apenas' os coqueiros existentes no seu lote, a maioria dos quais, por mera coincidência, de propriedade do prefeito.

Enquanto um coqueiro adulto em São Francisco custava cerca de 50 cruzeiros, em Baía da Traição muitos veranistas chegaram a pagar dois a três mil cruzeiros por uma muda de coqueiro, plantada na véspera. O preço era aceito já que o terreno era gratuito. No final, quem enriqueceu foi o prefeito e mais alguns "particulares" (não-índios), os pretensos donos das mudas de coqueiro. Algum dinheiro entrou nos cofres da prefeitura; nenhum nos bolsos potiguara.

O encarregado da FUNAI viu tudo, mas nada fez, como de costume. Só após a construção de muitas casas de veraneio, ele percebeu as trágicas consequências: quase todas estas casas se abasteceram de água encanada através de ligações clandestinas com a encanação particular do Posto indígena, o que causou falta d'água na casa do Posto. Imediatamente a FUNAI agiu, proibindo ligações ilegais de encanações d'água. Enquanto isto, novas casas de veraneio continuaram sendo construídas, em território potiguara. Entre os proprietários das casas de veraneio encontram-se professores universitários, advogados, industriais, deputados e outras pessoas que sabem como defender seus interesses recém conquistados. Já em 1975 se falava em desmembrar a cidade de Baía da Traição da área indígena, o que de fato aconteceu pelo Decreto de 1983.

e) A AGICAM e os plantadores de cana. A crise energética mundial, na década de 70, vitimou também os índios Potiguara. Em fins de 1975, o Governo brasileiro lançou o Programa Nacional do Álcool (PROALCOOL), visando a obtenção de fontes alternativas de energia. Logo após, a Agroindústria Camaratuba (AGICAM), pertencente a um poderoso grupo econômico regional, iniciou a construção de uma destilaria de álcool na margem do rio Camaratuba, dentro da área indígena. Tudo foi feito com a aprovação da FUNAI que reprimia qualquer reação potiguara.

A partir de então, algumas dezenas de plantadores de cana de açúcar invadiram o território potiguara para produzir a matéria prima para a destilaria, também eles com o apoio da FUNAI e com altos financiamentos pelo Banco do Brasil. Os conflitos entre os Potiguara e os novos invasores têm sido constantes, e se agravaram principalmente a partir de 1980, tornando necessária a intervenção governamental e a demarcação da área indígena.

A demarcação de 1983/84.

A Lei 6001/73 (Estatuto do Índio) obrigava a FUNAI de demarcar as terras indígenas até o final de 1978. Como isto não aconteceu, em dezembro de 1978 os Potiguara resolveram iniciar, eles próprios, a demarcação, com apoio da Universidade Federal da Paraíba.

A FUNAI, que não tinha sido consultada, logo proibiu esta demarcação. Mas no ano seguinte foi elebrado um convênio entre a FUNAI e a UFPB, visando a demarcação da área

potiguara. Como era de se prever, também esta demarcação não chegou a ser concluída, devido a desentendimentos entre os índios, os invasores e os técnicos da UFPb.

No final de 1980 foi registrado um conflito mais grave com os invasores, quando um grupo de índios destruiu uma casa e incendiou um canavial. Os plantadores de cana imediatamente se dirigiram ao governador do Estado, solicitando providências urgentes. Só então, sob pressão do poder econômico, a FUNAI e o Governo Federal começaram a pensar seriamente numa solução para a questão territorial potiguara. Uma solução que, naturalmente, não deveria contrariar os interesses dos invasores das terras indígenas.

Para acalmar os índios, o governo estadual elaborou às pressas o Projeto Integrado Potiguara que prometia os mais variados benefícios. No entanto, instigados por dois agentes pastorais da Igreja Católica, contrários a qualquer Projeto que não fosse deles mesmos, os Potiguara boicotaram a execução do Projeto, exigindo antes a demarcação de suas terras.

Já que a FUNAI e o Governo Federal, como sempre, alegavam falta de recursos financeiros, mais uma vez os Potiguara resolveram fazer a demarcação por conta própria. E assim, nos anos 1981/82, utilizaram sua própria força de trabalho para demarcar uma área de 34.300 hectares. Da FUNAI receberam apenas a promessa que a demarcação seria por ela homologada, já que se baseava num mapa e num memorial descritivo do antigo SPI, publicado no Diário Oficial da Paraíba em 5 de maio de 1976, e no qual constam os limites geográficos da área indígena.

Não sabemos se a FUNAI realmente pretendia homologar esta demarcação realizada pelos índios. Seja como for, em fevereiro de 1981, ela encarregou a historiadora Thereza Baumann da realização de uma pesquisa sobre a questão territorial potiguara. Os documentos mostram que já então a questão das terras indígenas escapava da competência exclusiva da FUNAI e que havia a interferência de terceiros, inclusive do SNI (Serviço Nacional de Informações), e do Departamento de Polícia Federal que acompanhavam de perto os acontecimentos na Baía da Traição. Em ofício de 15.06.81, a III Delegacia Regional da FUNAI informa que: "Todo o trabalho desta DR foi acompanhado inicialmente pelo DPF/PB e posteriormente pela Agência do SNI em Pernambuco... Todas as decisões relativas à área em questão estão partindo de um consenso entre FUNAI/SNI/PRODECOR e a Agência Central do SNI dispõe de todas as informações com referência aos trabalhos desenvolvidos na região".

O Relatório da historiadora Baumann é entregue poucos meses depois. E é baseado neste estudo histórico, mas deturpando por completo os dados, que um alto funcionário da FUNAI tenta provar que os Potigara já não existem mais e que, portanto, as terras por eles ocupadas são de domínio público.

Felizmente, seu parecer não é aceito pelo Procurador Geral da FUNAI, segundo o qual: "Discutir-se a origem dos Potiguara, pôr-se em dúvida a sua identidade indígena, enfim, a sua condição de índios, parece-me de todo inaceitável. A identidade dos índios Potiguara, a sua continuidade histórica que emergem cristalinas dos próprios documentos que instruem este processo, não exigem grandes conhecimentos de antropologia, para ter-se a certeza e a convicção de que estamos diante de índios, a pugnarem pelos seus direitos, a lutarem pela terra que, ao longo do tempo, lhes vêm sendo usurpadas....Não podemos aceitar, em nenhuma hipótese, a afirmativa segundo a qual inexistem, assim, na Paraíba, seja onde for, terras indígenas.... As terras ocupadas ou habitadas pelos índios Potiguara, no Estado da Paraíba, são terras indígenas".

O Procurador propõe então a constituição de um Grupo de Trabalho, para elaborar uma solução definitiva para o problema da área potiguara, e principalmente para o problema de Baía da Traição que "é hoje um município, uma cidade com milhares de habitantes. Evacuar-se a cidade, para devolvê-la aos índios, e transformá-la numa aldeia ou num Posto Indígena,

seria um contrasenso, um absurdo. Solução inadmissível. Há uma situação de fato, um fato consumado, diante do qual temos de nos curvar e aceitá-lo. A FUNAI há de encontrar uma fórmula conciliatória...".

Não consta que este Grupo de Trabalho tenha sido criado. Em dezembro de 1981, o presidente da FUNAI determina ao Departamento Geral do Patrimônio Indígena (DGPI) que apresente proposta de delimitação da área potiguara, o que é feito no ano seguinte. Propõe-se então que seja criada a Área Indígena Potiguara, "de conformidade com a planta e memorial descritivo de delimitação anexos, que correspondem à planta de reconhecimento e delimitação da área reivindicada pelo Grupo Potiguara, executada pelo chefe do Posto Indígena, Cícero Cavalcanti de Albuquerque, em 1965, e confirmada ao Senhor Presidente da FUNAI em dezembro de 1981, por ocasião de sua visita ao local". O Memorial Descritivo acima referido, estabelece os seguintes limites:

"NORTE: partindo do marco denominado da Balança, segue por uma linha seca, na distância aproximada de 8,32 km, passando pelo marco denominado Cajarana até o marco denominado de Jardim de Taiepe; daí segue por outra linha seca na distância aproximada de 4,7 km., passando pelos marcos denominados de Itaúna, até o marco denominado de Encantados; daí segue por outra linha seca, na distância aproximada de 5,8 km. até o marco denominado Suzana, às margens do rio Camaratuba; daí segue pela margem direita do referido rio até a sua foz com o Oceano Atlântico.

LESTE: da foz do rio Camaratuba com o Oceano Atlântico segue pelo litoral até a foz do rio Mamanguape com o Oceano Atlântico.

SUL: da foz do rio Mamanguape com o Oceano Atlântico segue pela margem esquerda do referido rio até o marco denominado Brejinho.

OESTE: do marco denominado Brejinho segue uma linha reta e seca na distância de 21,3 km., passando pelo marco denominado de Balança.

Área aproximada 57.600 ha. Perímetro de 89,5 km."

O mapa acima referido foi depois redesenhado e datado de 24 de março de 1982. Neste mapa, o contorno corresponde ao memorial descritivo, porém a área aproximada é agora calculada em 34.320 hectares e o perímetro em 74 quilômetros. Este memorial não é novo, mas consta já em documentos do SPI de 1957 e 1963. Já foi, inclusive, publicado no Diário Oficial da Paraíba, em 5 de maio de 1976, e transcrito também num convênio para a demarcação da área, entre a FUNAI e a Universidade Federal da Paraíba, em 1979.

No entanto, em fevereiro de 1983 é publicado o Decreto 88.118, segundo o qual as propostas para a demarcação de áreas indígenas antes devem ser examinadas também pelo Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários (MEAF), e "outros órgãos federais ou estaduais julgados convenientes". Este decreto tirou, portanto, da FUNAI a decisão final sobre a demarcação de uma área indígena e a colocou nas mãos de pessoas alheias à causa indígena, inclusive nas mãos dos inimigos dos índios. E não há dúvida de que, no caso potiguara, os inimigos influenciaram na decisão final.

Em março de 1983 é criado um Grupo de Trabalho Interministerial, que trata do caso potiguara nas suas três primeiras reuniões. Depois de muitas discussões, finalmente é aceita como proposta mais viável uma área de 30.900 hectares.

Os documentos da época mostram claramente que havia unanimidade, no Grupo de Trabalho, sobre a proposta de 30.900 hectares, proposta aceitável - e praticamente aceita - pelos Potiguara. Mas logo depois, em 13 de maio, a FUNAI cria um outro grupo de trabalho para analisar a questão, desta vez composto de membros da FUNAI/Recife, a Secretaria de Agricultura da Paraíba, INCRA e SEMA. No seu relatório final, este grupo de trabalho adverte que a proposta de 30.900 hectares implicaria em grande custo financeiro.

Conhecendo agora mais detalhadamente os problemas que a demarcação dos 30.900 hectares causaria, e os altos valores a serem indenizados, o GT-Interministerial resolveu optar pelo caminho mais fácil, embora, evidentemente, contrário aos interesses potiguara. No Parecer 002/83, enviado ao Ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários e ao Ministro do Interior, informa: "... na reunião realizada no dia 01 de agosto de 1983, chegou-se à conclusão ... que a área viável, é aquela correspondente à superfície aproximada de 20.800 hectares, mesmo admitindo-se a necessidade de um trabalho de conscientização junto à comunidade indígena".

Mais uma vez, de nada valeram Leis, Decretos e Constituições que, pelo menos em teoria, garantem aos índios a posse permanente das terras que tradicionalmente habitam, que afirmam que as terras indígenas são bens inalienáveis da União, que declaram solenemente que as terras indígenas são inusucapiáveis e que sobre elas não poderá recair desapropriação. E assim, em 28 de dezembro de 1983, pelo Decreto 89.256, a área potiguara é reduzida de 34.300 para apenas 20.820 hectares. Foram desmembradas da área indígena a cidade de Baía da Traição e praticamente todas as áreas ocupadas pelos invasores citados acima, e inclusive uma área na qual se situam seis aldeias indígenas. O Decreto introduziu na Paraíba a reforma agrária ao contrário, porque tirou dos pequenos para dar aos grandes. Imediatamente após, em janeiro de 1984, em poucas semanas, o exército, utilizando sua tecnologia moderna, demarcou a área, mostrando claramente que para se demarcar uma área indígena, o principal é a decisão política, e não os recursos financeiros.

O Governo anulou deste modo de uma vez por todas a demarcação realizada pelos próprios índios, uma demarcação que exigiu quase dois anos de trabalho, muito suor e muito dinheiro. Obstáculos de todo tipo tiveram que ser vencidos e não é exagero classificar esta frustrada demarcação de 1981/82, liderada pelo então cacique Severino Fernandes, como um ato heróico, um ato de resistência que, coordenado por uns poucos, foi executado por muitos.

Sabendo disto, talvez fique mais fácil compreender a desilusão, a imensa frustração e a posterior apatia dos Potiguara quando souberam do decreto que lhes roubava 13.500 hectares e deixou cerca de mil deles separados do resto de seu Povo. Impotentes assistiram à demarcação realizada agora por um exército armado. Ao que tudo indica, foi um choque tão grande que simplesmente não conseguiram reagir, nem sabiam como reagir, nem tinham meios para reagir. Como lutar contra um exército? Como impedir uma demarcação? Como invalidar um decreto presidencial? Foram perguntas para as quais os Potiguara não tinham e não têm ainda respostas adequadas. E nem podiam ter. São problemas complexos, cuja solução exige amplos conhecimentos jurídicos e políticos.

Logo após a demarcação acabaram também as lideranças. Já em 1975 escrevemos que entre os Potiguara somente em épocas de crise ainda podem surgir novas lideranças espontâneas, como em questões de terras. O que durante todo este tempo sustentou os líderes escolhidos pela interferência do CIMI, foi justamente a questão da demarcação das terras, que interessava e mobilizava a todos. E agora esta questão estava resolvida, embora insatisfatoriamente: o governo decretou, a FUNAI aprovou, o exército demarcou. O que ainda se podia fazer? Aparentemente nada. A luta terminou. Mais uma vez foram vencidos, como outras tantas vezes em sua História. Diante deste sentimento de impotência, desapareceu a base que sustentava os novos líderes. Desapareceu também a união entre as cerca de 25 aldeias, o espírito comunitário que aos poucos estava nascendo, o que também era algo novo. E assim os Potiguara, agora com um território de apenas 20.800 hectares, entram numa nova fase de sua História, que pode ser a última.

O arrendamento do território a partir de 1984.

Engana-se quem pensa que agora, depois da demarcação de 1983/84, o problema territorial potiguara esteja resolvido. Antes pelo contrário: já em 1987 calculava-se que cerca de 70% dos 20.800 hectares restantes já tinham sido ocupados por plantadores de cana de açúcar. E, o que é pior, agora com a aprovação dos próprios índios.

No início dos anos 80, quando a AGICAM e os plantadores de cana de açúcar ofereciam dinheiro e bens aos "caciques" potiguara, muitos aprenderam que ser cacique, ser líder, pode ser um negócio altamente lucrativo. E assim, vários índios mais espertos e menos escrupulosos, passaram a se apresentar como "líder" ou "cacique" da aldeia X ou Y, e a negociar diretamente com os invasores, oferecendo-lhes terras, paz e sossego em troca de dinheiro ou bens. Em pouco tempo, milhares de hectares de terras, embora de propriedade coletiva da comunidade indígena, passaram a ser arrendados por estes falsos caciques a plantadores de cana de açúcar. Os contratos de arrendamento são feitos não através da FUNAI, ou com apoio jurídico dela, mas pessoalmente com os índios.

Apesar de o Estatuto do Índio (Lei n. 6001/73) proibir expressamente o arrendamento de terras indígenas, milhares de hectares foram assim "legalmente" arrendados. A FUNAI, como sempre, está vendo tudo e nada faz, alegando que pretende dar aos índios a maior liberdade possível. Inclusive, ao que parece, a liberdade para a auto-destruição.

Num artigo publicado no Correio da Paraíba, de 05/11/87, um alto funcionário da FUNAI tranquiliza os leitores, informando que os números apresentados pelos índios são exagerados e que "apenas" 40% da área foram arrendados, ou seja, algo em torno de uns miseráveis 8.000 hectares. E com o maior cinismo acrescenta: "A nova política da FUNAI é dar mais liberdade ao índio. Os índios não correm nenhum risco. Suas terras são inalienáveis. Quem entrar, perde". E no Relatório Anual de 1990, a FUNAI/João Pessoa informa: "as áreas desmatadas não se limitaram somente nas 451 hectares concluídas através do Projeto Integrado aos Potiguaras no ano de 1982... surgiram os arrendamentos e através deles temos até este ano aproximadamente 10.000 hectares ocupadas com plantio da monocultura da cana-de-açúcar, essa em maior escla, com mamão e abacaxi". Só na área da aldeia São Francisco teriam sido desmatados 4.000 hectares, no Galego 1.500 ha, em Jacaré de César 1.300 ha e em Estiva Velha outros 1.000 hectares.

Mas a História nos ensina - e devia ter ensinado também aos Potiguara - que terras indígenas são inalienáveis só enquanto não tiverem valor econômico, e que quem entra nunca mais sai. A AGICAM, a Companhia Rio Tinto, os fazendeiros, os plantadores de cana e a população de Baía da Traição são prova viva disto, pois em 1984 receberam gratuitamente 13.500 hectares destas terras indígenas "inalienáveis".

Como principal arrendador de terras da coletividade, deve ser citado o índio Antônio Barbalho ("Raquel"), residente no Galego. Antes de 1984 era pobre como todos os outros. Em 1989 possuía uma moto, um trator e implementos agrícolas, um bar em Baía da Traição. Sua nova casa de alvenaria no Galego, uma verdadeira mansão, só pode causar inveja aos outros habitantes do lugar, que vivem em casabres de taipa quase dez vezes menores. Além disto, tem uma das contas mais movimentadas de um Banco numa cidade próxima. Ninguém planta cana e ninguém faz nada sem o seu conhecimento e consentimento. Dominando por completo a economia do Galego e das aldeias vizinhas, é o cacique de fato, amado pelos invasores, admirado por alguns poucos potiguara que almejam seguir a mesma carreira empresarial, e odiado por quase todos os outros, que só o toleram porque (ainda) precisam dele. É o índio capitalista que enriqueceu - e continua enriquecendo - às custas dos seus "irmãos" índios, explorando em benefício próprio as terras da coletividade e a mão-de-obra indígena. Como

ele, existem mais alguns poucos 'índios empresários', e muitos que tentam imitar o exemplo, com maior ou menor sucesso.

Deve ser evidente que este modelo empresarial não serve para a comunidade potiguara, porque só enriquece alguns poucos, deixando a quase totalidade da população na mais absoluta miséria. Para alguns poucos Potiguara empresários, há lucros fabulosos. Mas a maioria apenas está se transformando em mão-de-obra barata a serviço dos plantadores de cana. A área indígena potiguara já virou um imenso canavial, em que começa a faltar até espaço para as lavouras tradicionais e madeira para a construção de suas casas de taipa. Poucos são os Potiguara que ainda podem ser chamados de "índios camponeses". Sempre mais estão abandonando suas atividades agrícolas tradicionais para se engajar na atividade canvieira, como simples trabalhadores assalariados. em suas próprias terras.

Se os operários agrícolas no Brasil tivessem direito a um emprego permanente e um salário digno, um salário que permitisse a uma família viver em condições dignas de um ser humano, a alternativa operária talvez não fosse tão ruim para os Potiguara. Mas acontece que nas atividades canvieiras praticamente todos são operários temporários, diaristas, sem direitos, sem garantias e com salários irrisórios. E mesmo admitindo que algum dia o assim chamado "salário mínimo" realmente seja suficiente para as necessidades básicas de uma família, como operários agrícolas nunca ganharão mais do que isto. A alternativa operária, pelo menos hoje, só garante mesmo é a perpetuação da miséria em que já vivem há séculos.

Além disto, é possível que algum dia os carros no Brasil passem a utilizar exclusiva ou predominantemente gasolina ou outro tipo de combustível, em substituição ao álcool de produção mais cara. E basta as atividades canvieiras serem mecanizadas, e quase todos perderão seu emprego, da mesma forma como perderam seus empregos quando da modernização da maquinária da fábrica de tecidos Rio Tinto.

E naturalmente, as terras ocupadas pelos plantadores de cana-de-açúcar, que então serão praticamente todas as terras da área potiguara, não lhes serão devolvidas. Como em 1981, novamente alguém dirá: "evacuar-se os canaviais, para devolvê-los aos índios, e transformá-los num Posto Indígena, seria um contra-senso, um absurdo. Solução inadmissível. Há uma situação de fato, um fato consumado, diante do qual temos de nos curvar e aceitá-lo. A FUNAI há de encontrar uma fórmula conciliatória...".

No final, os Potiguara ficarão sem trabalho, e sem território, o que significará a miséria absoluta e o fim como Povo Indígena.

Capítulo 4

OS POTIGUARA E A FUNAI.

Pelo menos desde o início da década de 30, os Potiguara contam com a presença do órgão governamental de proteção e assistência indígena - inicialmente o Serviço de Proteção aos Índios, e desde 1967 a Fundação Nacional do Índio.

O que vimos acima, no entanto, deve ter deixado claro o abandono em que vivem os Potiguara. Pelo menos desde 1967, a atividade da FUNAI tem se limitado a promessas, promessas e mais promessas. Por este motivo, escrevi, já em 1982:

"A conclusão é que a FUNAI, em sua forma atual, nunca será capaz de, sozinha, melhorar o destino dos índios, sejam eles Potiguara ou outros. (...) O caso potiguara mostra, assim, mais uma vez o fracasso da FUNAI, pois os Potiguara não são um caso isolado. Como eles vivem outros tantos grupos indígenas do Brasil. (...) Parece-nos que existe apenas uma solução: a única maneira de acabar com o fracasso da FUNAI, talvez seja acabar com a própria FUNAI. O Brasil precisa urgentemente criar seu Instituto Indigenista, um Instituto no qual a ação indigenista é antecipada ou vai acompanhada da investigação científica, um Instituto liderado pelos próprios índios, assessorados por cientistas..., um Instituto não mais de burocratas desinteressados nos problemas indígenas, mas de antropólogos, economistas, assistentes sociais, médicos, agrônomos e outros cientistas e pessoas conscientes de sua responsabilidade social....".

Obviamente, esta utopia não se tornou realidade. A FUNAI continua existindo, omissa e incompetente como no passado. É possível que no futuro próximo a FUNAI seja substituída por outro órgão "indigenista", mas com certeza haverá apenas mais uma troca de nome, como aconteceu em 1967, quando foi extinto o SPI e criada a FUNAI.

Existem várias explicações para o fracasso da FUNAI, que vão desde a falta de recursos financeiros e humanos até a falta de poder. Quanto aos recursos financeiros, a FUNAI não costuma divulgar dados, mas sabe-se que a quase totalidade dos recursos é utilizado para os salários de centenas de funcionários não-indígenas. Funcionários, portanto, existem, até em excesso. Mas faltam recursos humanos capacitados, profissionais competentes, pessoas especializadas na assistência ao índio, e principalmente pessoas interessadas na causa indígena. Ainda hoje, como já na época do antigo SPI, muitos funcionários são escolhidos por motivos políticos, de parentesco ou de amizade.

Depois da desastrosa demarcação de 1983/84, a FUNAI teria hoje entre os Potiguara pelo menos duas atribuições: conservar o território demarcado livre de invasores (ou seja: evitar novas invasões de terras e expulsar os invasores ainda existentes), e cuidar da assistência (jurídica, médica, econômica etc.) ao índio.

Já vimos que a assistência da FUNAI na questão territorial tem sido um fracasso permanente. Não somente foi incapaz de evitar o roubo de 13.500 hectares da área indígena, mas, pior ainda, continua estimulando a invasão dos 20.800 hectares da área indígena demarcada em 1983/84. Olhando friamente os dados disponíveis, pode-se afirmar que a FUNAI foi a principal responsável pela invasão do território por veranistas, pelo INCRA, pela SEMA, pela AGICAM e pela legião de plantadores de cana de açúcar, fato que, em última análise, foi a verdadeira razão para a diminuição da área indígena. Tivesse a FUNAI agido em tempo, tivesse na época evitado e não estimulado estas invasões, a situação hoje seria bem diferente. Em todo este tempo, nenhum invasor de terras potiguara foi punido, e menos ainda expulso. Em momento algum o Estatuto do Índio foi aplicado. Com estes antecedentes, não é de estranhar que o número de invasores continua aumentando.

Não se pode negar que de 1969 a 1989, algumas coisas materiais melhoraram: algumas aldeias, por exemplo, têm hoje energia elétrica e água encanada. O número de alunos nas escolas é maior. Mas de um modo geral, a situação continua a mesma ou até pior do que antes. Os Potiguara continuam pobres, doentes, subnutridos, analfabetos. E, pior do que tudo, perderam 13.500 hectares do seu território.

Talvez não seja mais possível recuperar os 13.500 hectares perdidos. Mas ainda está em tempo de salvar pelo menos os 20.800 hectares que restam da área indígena e de proporcionar aos potiguara uma vida melhor.

A última batalha a ser travada pelos Potiguara, será uma ótima oportunidade para a FUNAI mostrar se está ou não ao lado dos índios, se é ou não capaz de dar assistência aos índios, e principalmente, uma oportunidade para compensar um pouco suas omissões e erros do passado. Caso contrário, provará ser um órgão não somente incompetente, inútil e supérfluo, mas também uma ameaça para a sobrevivência dos índios Potiguara, como, comprovadamente, sempre tem sido no passado, e continua sendo na atualidade.

Capítulo 5

A (I)LEGITIMIDADE DE LIDERANÇAS E ORGANIZAÇÕES POTIGUARA.

Após 500 anos de colonização, os índios americanos finalmente estão erguendo a voz em defesa dos seus direitos históricos. Hoje, o Movimento Indígena é uma realidade. Nas décadas de 70 e 80 surgiram novas organizações indígenas nacionais e internacionais: o Movimento Indígena Americano (EUA), o Movimento Indígena Tupac Katari (Bolívia), o Movimento Indígena Peruano, a Confederação Indígena de Venezuela, entre outras tantas mais. Foi criado o Conselho Mundial dos Povos Indígenas (CMPI), do qual faz parte o Conselho Índio Sul-Americano (CISA).

Os índios começaram a discutir seus problemas e estratégias de luta em congressos: 1º Congresso Nacional de Povos Indígenas (México 1975); 1º Congresso Nacional de Povos Indígenas do Equador (1977); 1º Congresso Internacional de Povos Indígenas de Centroamérica e México (Panamá 1977); 1º Congresso de Movimentos Indígenas Latinoamericanos (Peru 1980).

No Brasil, a partir de 1974, foram realizadas dezenas de Assembléias Indígenas Regionais, promovidas pelo Conselho Indigenista Missionário, que prepararam o caminho para a criação da União das Nações Indígenas, em 1980, e a realização do 1º Encontro Nacional dos Povos Indígenas de 1982, seguido pelo 2º Encontro Nacional de 1984.

Infelizmente, sempre quando há possibilidades de lucros financeiros, imediatamente surgem também os aproveitadores. Como não podia deixar de ser, logo apareceram também os profissionais, os abutres, os gigolôs do Movimento Indígena, no Brasil e em outros países americanos. Não faltou quem repentinamente afirmasse ser tataraneto de índio e passasse a usar um sobrenome "indígena"; não faltaram índios milagrosamente promovidos ou auto-promovidos a "caciques"; não faltaram obscuras "organizações indígenas" de fundo de quintal que passaram impunemente a "representar" os povos indígenas inclusive em órgãos internacionais como a ONU e a UNESCO.

Na Paraíba há vários indícios de que índios potiguara que se apresentam como caciques e líderes, na realidade podem não ser legítimos representantes do povo potiguara. Além disto, na década de 80 os Potiguara, sem saber, ainda passaram a ser "representados", a nível nacional e internacional por quem se diz "índia potiguara", embora nascida e residente no Rio de Janeiro, e contra a qual já foi solicitada instauração de Inquérito Civil. Questionar a representatividade, a legitimidade, e às vezes inclusive a indianidade, de líderes e representantes indígenas tem, portanto, não apenas uma finalidade teórica, como também uma utilidade prática imediata, em inquéritos instaurados para apuração de infrações a direitos e interesses indígenas, bem como nas ações judiciais e medidas administrativas que lhes digam respeito.

As lideranças indígenas.

O Movimento Indígena do Brasil indubitavelmente deve muito às Assembléias Indígenas Regionais, organizadas e patrocinadas pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. A primeira assembléia realizou-se em 1974, na missão de Diamantina, com a presença de dezesseis membros de nove povos indígenas. Até 1980 foram organizadas quinze assembléias. Ainda hoje encontros semelhantes continuam sendo promovidos, pelas Igrejas ou por entidades de apoio ao índio, quase nunca pelos próprios índios.

Nos relatórios destas assembléias, invariavelmente os participantes são apresentados como "caciques", "chefes" e "líderes" indígenas, conceitos que os próprios índios, como

também as organizações de apoio, aparentemente usam com extrema liberdade. No Brasil, basta cinco índios se encontrarem num lugar qualquer e logo teremos uma "assembléia" de "lideranças" indígenas e todos serão automaticamente classificados como "caciques", "chefes" ou seja lá quais forem os títulos honoríficos escolhidos. Basta um índio qualquer sair de sua aldeia e viajar a Rio de Janeiro, São Paulo ou Brasília, e logo se transforma num "representante" de seu povo e "defensor" da causa indígena.

No encontro "**Índios: Direitos Históricos**", realizado em São Paulo, no ano de 1981, por exemplo, a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha afirmou: "estão aqui presentes as lideranças que estão se constituindo ultimamente e que querem ter voz neste país". Pode ter sido verdade para as outras pessoas presentes, mas de qualquer forma não era o caso do índio potiguara J.A.S., que teve inclusive o prazer de ver seu retrato reproduzido na capa e no texto da publicação que resultou do encontro.⁸ Neste encontro, os verdadeiros líderes potiguara estavam ausentes, simplesmente porque J.A.S., eterno candidato rejeitado a "cacique", se apoderou das duas passagens oferecidas para o encontro e viajou, junto com a mulher, em passeio turístico a São Paulo. Quando os potiguara o descobriram, já era tarde demais. Os fatos narrados por J.A.S. durante o encontro, são pura fantasia. Mesmo assim, J.A.S., de fato um índio mas não um cacique potiguara, foi recebido com todas as honras de chefe de estado pelos organizadores do Encontro.

Quantos "líderes" e "chefes" indígenas presentes nestas assembléias e nestes encontros são verdadeiros líderes de suas comunidades? Quantos são chefes nomeados pela FUNAI ou promovidos pelo CIMI, duas entidades que não costumam respeitar as tradições indígenas? Ao que tudo indica, as associações de apoio não têm preocupação com esta questão. No entanto, índios turistas que gostam de viajar às custas dos brancos, ou índios vigaristas que se auto-intitulam "chefe", ou caciques biônicos nomeados pela FUNAI ou fabricados pelo CIMI ou por entidades de apoio, não devem ser confundidos com verdadeiros líderes indígenas.

Duvidosa é também às vezes a legitimidade de presidentes e de coordenadores da União das Nações Indígenas (UNI), criada em 1980 e cujo primeiro presidente foi "eleito" um ano depois, por membros ditos "representantes" de 32 nações indígenas, no já citado Encontro sobre Direitos Históricos, realizado em São Paulo (melhor dito, de 31 nações, porque já vimos acima que o "líder" potiguara não representava ninguém). Mas já uma semana depois, um índio descontente com o resultado desta "eleição" convocou, ao que tudo indica com o apoio do CIMI, uma nova reunião na qual também ele foi "eleito" presidente da UNI pelos quatorze índios presentes. Como a anterior, no mínimo uma eleição de valor legal duvidosa: quatorze índios se autoproclamando representantes de cerca de 200.000 índios de 180 nações indígenas! E assim a recém criada UNI passou logo a ter dois "presidentes". Por motivos diversos, a união virou desunião e a UNI praticamente se desintegrou. Após os desentendimentos de 1981/82, e vendo que, na prática, uma união a nível nacional ainda era difícil, resolveram criar UNI-Regionais. Pelo menos teoricamente existem a UNI-Sul, UNI-Norte, UNI-Nordeste, etc., com coordenadores eleitos, indicados ou nomeados não se sabe exatamente quando, como, por quem e por quanto tempo. Apesar disto, a UNI nunca deixou de ter uma pessoa, residente num apartamento na cidade de São Paulo, tacitamente aceita (pelas Igrejas e pelas entidades de apoio nacionais e internacionais) como coordenador nacional da entidade, título que lhe rendeu inclusive um valioso (em dinheiro) prêmio internacional.

O fenômeno se repete em muitos povos indígenas. Nem sempre as pessoas que se apresentam ou são apresentadas como "caciques", "chefes" ou "líderes" alcançaram este status

⁸. Comissão Pró-Índio/SP, *Índios: Direitos Históricos*, Cadernos da CPI/SP, no. III, São Paulo, 1982, passim

segundo as tradições indígenas, mas foram indicadas ou nomeadas para o cargo pela FUNAI, pelas Igrejas ou pelas entidades de apoio. Como exemplo, citaremos aqui o complexo caso dos índios Potiguara, no litoral da Paraíba.

As primeiras informações sobre os Potiguara neste Século XX são de autoria de Alípio Bandeira, funcionário do extinto Serviço de Proteção aos Índios (SPI) que visitou estes índios em 1913. No seu relatório informa:

"O chefe nominal da aldeia tem o título de Regente. (...) Hoje, porém, a autoridade dessa personagem é muito limitada. **Sua nomeação provém do vigário** de São Miguel e o vigário nada mais quer, de ordinário, senão que o Regente forneça dinheiro à igreja. De tal sorte o papel deste chefe quase se reduz à arrecadação das espórtulas com que cada um deve contribuir para as despesas discriminadas pelo padre. Além desta função e da prerrogativa de falar primeiro, em nome de todos, quando recebem visita de cerimônia, só lhe conheci uma distinção sobre o comum dos seus súditos - a de se entender com os estranhos que vão à aldeia contratar trabalhadores".⁹

Quando em 1969 iniciamos a nossa pesquisa entre os Potiguara encontramos apenas um único "chefe", mas então denominado "tuxaua", nomeado não mais pela Igreja mas pela FUNAI, e residindo não mais na aldeia São Francisco mas no Forte, numa casa de alvenaria vizinha à residência do encarregado do Posto Indígena. Acreditamos que a denominação "tuxaua" tenha sido introduzida por algum dos funcionários do SPI ou da FUNAI. Já vimos que na década de 80 tudo mudou e que os Potiguara passaram a ter pelo menos três tipos de "caciques": os caciques-FUNAI, os caciques-CIMI, e os caciques-da-cana ou caciques-empresários.

Portanto, entre os Potiguara existem hoje muitos caciques para poucos índios. Por causa de possíveis lucros financeiros, hoje praticamente cada aldeia, por menor que seja, tem o seu "cacique", quase sempre auto-eleito. Não se trata mais do índio valente, do bom guerreiro, do exímio caçador, do sábio mais velho, do excelente conselheiro ou seja quais tenham sido os critérios para "cacique" em tempos passados.¹⁰ Na década de 80, pelo menos entre os Potiguara, para ser cacique bastava (a) ser nomeado cacique biônico pela FUNAI, com direito a casa, salário, licenças especiais, aposentadoria etc., sendo exigência básica ser submisso ao órgão e não levar muito a sério este negócio de "defender a causa indígena"; número de vagas: uma só; (b) ser escolhido pelo CIMI, sendo exigência básica ser católico, bom orador e amigo de alguém da pastoral indígena; número de vagas: uma só; (c) ser esperto e empreendedor, não ter muitos escrúpulos, ser corruptível e conseguir a amizade dos plantadores de cana-de-açúcar ou outros usurpadores das terras indígenas; número de vagas: ilimitado. Não existem entre os Potiguara "caciques" escolhidos por entidades de apoio pelo simples fato de que não existe uma entidade de apoio aos Potiguara; se existisse, certamente teríamos ainda uma quarta categoria de "caciques".

Quanto à FUNAI, nada mudou. Em 1989, para substituir o "cacique", o órgão federal nomeou tranquilamente e sem nenhum problema o filho do falecido, apesar de este, reconhecidamente, ter nenhuma vocação para o cargo e nunca ter demonstrado interesse algum nos problemas potiguara. O filho nomeado pela FUNAI era (e ainda é) apenas um pacato proprietário de um bar na cidade de Baía da Traição. Os índios Potiguara não foram consultados sobre a sucessão do "cacique" falecido e simplesmente foram obrigados a aceitar a nomeação pela FUNAI. Para completar, a FUNAI contratou ainda outro filho do falecido cacique para encarregado do Posto Indígena.

⁹. Moonen, F. e Maia, L. Mariz (orgs.), l.c. 1992, pp. 183-184

¹⁰. Sobre a organização política dos Potiguara (Tupinambá) no período colonial, veja Fernandes, Fl., *Organização social dos Tupinambá*, São Paulo, Difusão Européia, 1963, pp. 309-349

Para a FUNAI, aparentemente trata-se de uma estratégia administrativa, observada em muitos outros postos indígenas. Werner registra o mesmo fenômeno no Posto Indígena Ibirama, onde vivem índios Xokleng, Kaingang e Guarani:

"Hoje, os líderes indígenas têm muito mais importância do que antigamente. As pessoas de fora (inclusive muitos antropólogos) tendem a se comunicar com os índios através dos seus líderes. Esta prática muda o papel do líder indígena. Além de dar mais poder ao "cacique", levando os índios ao clientelismo comum em outros lugares no Brasil, também estimula a tendência para a herança de posições de liderança. Estas mudanças são claras no caso do P.I. Ibirama.

Os problemas de liderança são graves no P.I. Ibirama. Atualmente, o "cacique" e outros membros de sua família recebem "salários" da FUNAI. Muitas pessoas dentro da reserva acham injustos estes salários, e reclamam que a FUNAI está subordinando estas pessoas para que assinem contratos e acordos do interesse do órgão tutor. O facciosismo dentro do posto se deve pelo menos em parte a estas manipulações por parte da FUNAI.

No momento, os acordos assinados entre os índios do P.I. Ibirama e agências ou empresas privadas se fazem com o grupo de índios aliados ao "cacique". Não estão representados os índios Guarani dentro da reserva, nem muitos mestiços e índios Kaingang-Xokleng.

Se vamos imaginar uma política que deixe os índios decidirem sobre os assuntos das suas reservas, é importante ter alguma idéia de como podemos garantir que sejam representados todos os índios, e não apenas uma minoria mais poderosa. Estas garantias não poderão vir da cultura antiga dos índios, pois tais garantias não existiam ou não são mais viáveis".¹¹

A FUNAI tem todo o direito de contratar seja quem for para encarregado de um Posto Indígena, obedecidas as exigências legais. Portanto, entre os Potiguara, a contratação do segundo filho do cacique falecido parece ter sido legal, embora não fosse funcionário público federal e não conste que tenha havido concurso público. Mas quanto à nomeação do primeiro filho para "cacique", a FUNAI está abertamente desrespeitando o Estatuto do Índio (Lei 6001/73) e a Constituição Federal de 1988 que exigem respeito às tradições indígenas, sua organização social e seus costumes.

O "cacique" escolhido pelos dois agentes pastorais cansou do cargo após a demarcação de 1983/84 e foi sucedido, sem nova eleição, por outra pessoa de confiança do CIMI. Este continua agindo como tal até hoje, convivendo pacificamente com o cacique-FUNAI. Em 1988 o cacique-CIMI elegeu-se vereador do município de Baía da Traição, mas em 1992 obteve apenas alguns poucos votos o que prova claramente a sua rejeição pelos mais de 6000 índios Potiguara. Apesar disto, agindo como um verdadeiro ditador e continua não permitindo a realização de eleições para um sucessor. Parece que o poder vicia, talvez porque enriquece.

A Pastoral Indígena, da arquidiocese de João Pessoa, por motivos diversos, após a frustrada demarcação de 1983/84 praticamente abandonou os habitantes da Área Indígena Potiguara e passou a agir entre os índios de Jacaré de São Domingos, uma aldeia que tinha ficado fora da área demarcada. Milagrosamente, logo surgiu um "cacique" também nesta aldeia!

Os "caciques-da-cana" sofreram um pequeno golpe a partir do Inquérito Civil instaurado pela Procuradoria da República na Paraíba, em 1991. Este Inquérito comprovou não apenas o

¹¹ Werner, D., "Duas respostas simplistas sobre os Direitos dos Índios", IN: Santos, S. Coelho dos et alii (orgs.), *Sociedades indígenas e o direito: uma questão de direitos humanos*, Florianópolis, UFSC, 1985, pp. 48-49

"arrendamento" (usurpação) ilegal e a omissão criminosa da FUNAI, como também outras infrações aos direitos potiguara. Concordou-se num prazo de três anos para que mais de duas dezenas de plantadores de cana se retirassem definitivamente da Área Indígena Potiguara, mas depositando em juízo, a título de indenização, os valores antes pagos diretamente aos auto-denominados "caciques-da-cana".¹² Em dezembro de 1992 esta indenização, que então alcançou soma superior a um bilhão de cruzeiros (100.000 dolares), não foi investida em projetos agrícolas, como era a intenção inicial, mas por motivos diversos foi entregue aos "caciques" para ser distribuída entre todas as famílias potiguara. Não sabemos se esta distribuição realmente foi feita, e como.

Mas com tudo isto, ser "cacique-da-cana" ficou menos interessante. Apesar disto, os caciques-da-cana ainda não perderam as esperanças de um futuro melhor: há notícias de que as usinas e destilarias da região, preocupadas com a possível expulsão dos plantadores de cana da área indígena, estão convencendo os caciques-da-cana a plantar, eles próprios, cana de açúcar e a assumir o lugar dos plantadores não-indígenas. Neste caso, após três anos, haveria apenas a substituição dos ilegais plantadores não-indígenas por legais plantadores indígenas. E tudo ficaria exatamente igual à situação anterior a 1991: uma meia dúzia de caciques-da-cana enriquecendo às custas dos cerca de 6.000 índios Potiguara que continuarão vivendo na miséria absoluta. Falta pouco tempo para cacique-da-cana voltar a ser um excelente negócio, e melhor ainda, agora perfeitamente legal!

Embora existindo tantos "caciques" das mais variadas espécies e origens, e talvez justamente por causa disto, nunca houve a mínima intenção de se formar um "Conselho" de caciques, ou algo semelhante (talvez fosse melhor falar de uma "Sindicato dos Caciques"), para juntos discutirem os problemas da comunidade potiguara, ou pelo menos os problemas da categoria. Os Potiguara continuam altamente individualistas - característica por nós descrita já em 1969 - e cada "cacique" pensa apenas em seus próprios problemas e os de seus familiares. Por isso, na realidade nenhum nomeado, indicado ou auto-proclamado "cacique" pode ser considerado um legítimo líder ou representante do Povo Potiguara. Todos são apenas intermediários escolhidos por não-índios para resolver problemas entre os Potiguara e membros da sociedade nacional, neste caso representados por funcionários da FUNAI, agentes pastorais da Igreja Católica, plantadores de cana-de-açúcar e alguns outros usurpadores da área indígena. De "cacique", todos só têm o nome.

Organizações indígenas e pseudo-índios profissionais.

Como se tudo isto não bastasse, na década de 80 os Potiguara ainda passaram a ser "representados", a nível nacional e internacional, por pseudo-índios "potiguara". E com isto chegamos à segunda questão a ser abordada neste ensaio: a existência de não-índios infiltrados no Movimento Indígena em proveito próprio.

Não se trata de um fenômeno exclusivamente brasileiro. O antropólogo Goossens observou, em 1983, que na Bolívia estava surgindo uma nova elite indígena cujos membros, alegando lutar para o bem estar da coletividade indígena, recebiam apoio financeiro de organizações nacionais e internacionais e utilizavam este dinheiro para seus próprios interesses. A identidade indígena, até então muitas vezes negada ou escondida, era reassumida logo quando passava a significar a possibilidade de lucro financeiro. Para o índio boliviano Ramiro Reynaga, a doença que mais tem enfraquecido o Movimento Indígena Boliviano é mais de caráter moral do que intelectual, ideológico ou político. A causa de todos os males estaria na fraqueza dos índios e pseudo-índios corrompidos pelas verbas que

¹². Maia, L. Mariz, "Inquérito Civil", IN: Moonen, F. e Maia, L. Mariz (orgs), 1992, l.c., pp. 321-366

recebem das entidades de apoio.¹³ O mesmo fenômeno foi observado também por Wojciechowski entre índios nos Estados Unidos, o que leva este antropólogo a falar de "landclaim indians" ("índios-reivindicadores-de-terra"), ou de "I-wanna-be" índios. São indivíduos que há gerações negaram sua indianidade mas que agora, quando há possibilidade de os povos indígenas recuperarem suas terras ou de receberem indenizações financeiras por perdas e danos, passam a denominar-se "índios" para obter a sua parte do bolo. Eles só serão índios enquanto tiverem a possibilidade de obter dinheiro ou terras gratuitas.¹⁴

Na maioria das vezes trata-se de descendentes remotos de índios destribalizados, ou de pseudo-índios, para os quais ser ou tornar-se índio, passa a ser uma profissão como outra qualquer, que pode render lucros financeiros, bons empregos, terras gratuitas e de vez em quando um lucrativo prêmio internacional. São os profissionais da causa indígena. No Brasil ainda são raros, mas existem, e seu número está aumentando assustadoramente.

Estes "índios" profissionais podem ser encontrados com mais facilidade em cidades como Brasília, São Paulo ou Rio de Janeiro, longe das áreas indígenas. Ou então no exterior, juntando dinheiro para seus projetos ou organizações "indígenas". São facilmente reconhecíveis, pois costumam se enfeitar com adornos indígenas, comprados nas lojas da Artíndia, da FUNAI. Quase sempre adotam um nome artístico, que rende mais dinheiro. Embora muitas vezes se apresentem como membros, ou até como coordenadores da UNI, estes profissionais da causa indígena, para escapar do controle por terceiros, costumam criar organizações "indígenas" paralelas, o que leva a uma perigosa e desnecessária fragmentação do Movimento Indígena. Sem contar com o fato de que engordam suas contas bancárias com polpudas verbas doadas por ingênuas entidades de apoio, principalmente do exterior, que acreditam piamente que este dinheiro será usado para projetos em comunidades indígenas ou para o fortalecimento do Movimento Indígena.

O primeiro pseudo-potiguara apareceu na Baía da Traição no início da década de 80, vindo dos índios Gaviões, no Pará, onde se fazia passar por índio potiguara muito antes de os Potiguara saberem de sua existência.¹⁵ Embora seu verdadeiro nome fosse José do Nascimento, nascido e criado no Rio Grande do Norte, usava o nome artístico "Tiuré". Financiado por uma entidade de apoio ao índio, do Sul do país, viveu alguns anos na cidade de Baía da Traição - nunca numa aldeia potiguara - dispondo sempre de carro próprio e fartos recursos para viagens aéreas. Não levava uma vida luxuosa, mas também não passava fome, como muitos Potiguara, apesar de não ter nenhuma fonte de renda conhecida. Nunca exerceu qualquer atividade econômica visível. Nada também fez a serviço dos Potiguara a não ser dizer que deviam ser contra isto e deviam exigir aquilo. Os recursos financeiros que talvez tenha recebido da entidade pró-índio do Sul para projetos entre os Potiguara, nunca chegaram a seu destino. Além disto, na qualidade de "índio", conseguiu fazer um curso no Canadá, um privilégio nunca concedido a um verdadeiro índio potiguara. Após a demarcação de 1984 desapareceu da área. Anos depois voltou e com recursos vindos não se sabe de onde (Canadá?), iniciou a construção de uma "Casa do Índio", uma imitação de uma maloca de um povo indígena qualquer, menos dos Potiguara, e que também seria a sua residência, na cidade de Baía da Traição, já então desmembrada da área indígena. A casa foi incendiada

¹³. Goossens, A., *De indiaanse bevrijdingsbeweging van Bolivia: 1970-1980*, Nijmegen, Katholieke Universiteit, 1983, passim

¹⁴. Wojciechowski, F., "De indianen van Connecticut: van 'vanishing race' tot 'indiaanse renaissance'", IN: Lemaire, T. e Wojciechowski, F. (eds.), *Terugkeer van een verdwijnend volk: indiaans en inuit activisme nu*, Nijmegen, Katholieke Universiteit, 1985, pp. 167-168

¹⁵. Arnaud, E., *O índio e a expansão nacional*, Belém, CEJUP, 1989, p. 414

e José/Tiuré foi expulso da área. Sabiamente aproveitou este incidente - por ele próprio registrado em sua câmara de vídeo - para pedir asilo político no Canadá (fato noticiado pelas TV-Globo e Manchete), onde deve viver até hoje, às custas do governo ou de alguma entidade indígena daquele país. Graças aos Potiguara, o Brasil voltou a ter pelo menos um exilado político!

Atualmente existem no Brasil cerca de 50 a 60 organizações indígenas.¹⁶ Acreditamos que a maioria realmente seja constituída por verdadeiros índios, que visam a defesa dos direitos e a melhoria das condições de vida dos povos indígenas. Mas, por outro lado, também é bom lembrar (a) que várias "organizações indígenas" de "indígenas" talvez só tenham o nome; (b) que outras existem apenas em teoria, e não na prática; (c) que estas "organizações indígenas", em vários casos, costumam ser criadas e utilizadas por índios ou não-índios para enriquecimento próprio; (d) que muitas destas organizações não têm registro legal e (e) que em muitos casos os "diretores", "coordenadores" ou "presidentes" destas organizações nunca foram eleitos pelos índios, mas se auto-nomearam para o cargo ou foram indicados por entidades religiosas ou de apoio ao índio.

Parece óbvio que uma organização indígena é uma entidade composta de pelo menos dois indivíduos que, obrigatoriamente, devem ser índios. Por incrível que pareça, nem sempre é assim. No Brasil existe pelo menos uma "organização indígena" criada e dirigida por uma "índia" fantasma. Trata-se do GRUMIN - Grupo Mulher Educação Indígena, presidido por Eliane Lima dos Santos, autodenominada Eliane Potiguara, nascida e residente no Rio de Janeiro e que, apesar de várias denúncias, continua impunemente utilizando esta falsa identidade "indígena" e sua entidade fantasma para, comprovadamente, obter vultosos recursos financeiros (que parecem somar dezenas de milhares de dólares) da ONU, UNESCO e outros órgãos internacionais.

Em 1992, atendendo a um pedido do índio potiguara José Ciríaco Sobrinho, a FUNAI/ Administração João Pessoa solicitou instauração de Inquérito na Polícia Federal na Paraíba. Pouco depois, no entanto, José Ciríaco foi informado que o processo tinha sido arquivado por insuficiência de provas. Ao que tudo indica, foi um processo simbólico e a Polícia Federal ouviu apenas a própria Eliane Potiguara, não chamou para depor o índio José Ciríaco ou outros índios, não fez investigações na área indígena, nem pediu um laudo antropológico. Diante disto, José Ciríaco solicitou a instauração de um novo inquérito, desta vez na Procuradoria da República na Paraíba. Do ofício por ele encaminhado à Procuradoria, no dia 13 de julho de 1992, transcrevemos:

"... venho mui respeitosamente solicitar a V.Excia. que sejam tomadas as devidas providências legais contra Eliane Lima dos Santos, residente no Rio de Janeiro, que há anos utiliza uma falsa identidade indígena potiguara em benefício próprio. (...)

Acontece que na sua carteira de identidade consta que seu nome é Eliane Lima dos Santos. O "Potiguara", ela própria inventou depois. Trata-se, portanto, de um caso de falsificação de identidade, com a finalidade, conforme demonstrarei a seguir, de obter vantagens pessoais.

Sabemos também que Eliane Lima dos Santos, com certeza, não nasceu na Área Indígena Potiguara, na Paraíba mas, ao que tudo indica, no Rio de Janeiro. Nem sequer sua mãe nasceu ou viveu na nossa área potiguara. Apesar disto, em seu currículo de vida, distribuído em 1989, quando, pela primeira vez, apareceu na Baía da Traição, ela afirma cinicamente: "Eliane Potiguara. É filha da Nação Indígena Potiguara." (...) Mas

¹⁶ Para uma relação das organizações indígenas no Brasil, veja Ricardo, C.A., "Quem fala em nome dos índios?", IN: CEDI, *Povos indígenas no Brasil 1987/90*, Rio de Janeiro/São Paulo, pp. 69-72

acontece que ela nunca viveu, e nem está vivendo, na nossa área. Só apareceu lá pela primeira vez em 1989.

Eliane Lima dos Santos "Potiguara", portanto, não é e nunca foi índia potiguara; apenas se apropriou ilegalmente de uma identidade indígena (potiguara) para obter vantagens pessoais, impossíveis de serem obtidos com sua identidade brasileira não-indígena. (...)

Em julho e agosto de 1991 ela mandou cartas informando que estava em Genebra, na Suíça, numa delegação do Conselho Internacional dos Tratados Índios, e num Grupo de Trabalho sobre Populações Indígenas, na Organização das Nações Unidas. Ou seja: tem uma falsa índia, uma falsa potiguara, representando os índios brasileiros em congressos e organizações internacionais de alto nível, como a Organização das Nações Unidas (ONU). Ela mesma diz que sua viagem foi paga pelo Fundo Voluntário da ONU. E recentemente, sem ter consultado meu povo potiguara, apresentou um projeto à UNESCO, solicitando verbas para a construção de uma "Casa da Mulher Indígena", na cidade de Baía da Traição (...).

Está provado, portanto, que a senhora Eliane Lima dos Santos tem obtido benefícios pessoais - financeiros ou materiais - e que continua tentando obter estes benefícios, utilizando a sua falsa identidade potiguara. (...)

Nunca a senhora Eliane Lima dos Santos prestou conta ao meu Povo nem de suas atividades no Brasil ou no exterior, e menos ainda do dinheiro recebido de entidades nacionais e internacionais, inclusive da ONU e da UNESCO, e do dinheiro efetivamente gasto em benefício do meu Povo Potiguara ou de outros Povos Indígenas no Brasil. (...)"

Não foi José Ciriaco o único a denunciar a carioca Eliane Lima dos Santos "Potiguara". Já antes dele, índios de outros Estados divulgaram um **"Ato de Protesto"** no qual solicitam providências contra a dita senhora:

"Nós da DELEGAÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL, que fomos convidados para participar da 1ª Conferência Mulher, Direitos Indígenas e Meio Ambiente - Preparatória para Rio 92, promovido pelo GRUMIN - Grupo Mulher-Educação Indígena, sendo sua Presidente oficialmente reconhecida a nível internacional ELIANE POTIGUARA (...) percebemos que o evento tratou apenas de interesses pessoais da Presidente, onde a mesma centralizou as atividades do evento e da entidade, desrespeitando a opinião das conselheiras e lideranças presentes. O encontro não passou de mera especulação promocional e política, tanto é que, fomos usados em vários momentos de constrangimento, sendo que a sra. Presidente não organizou adequadamente o corpo de conselho, criada pela mesma sem o consentimento das mesmas. (...)

Fomos enganados com a promessa de lugar adequado para venda de artesanato e passeio para conhecer a cidade. Além disso, a citada Presidente iludiu as conselheiras índias que iria prestar contas da entidade, com viagens ao exterior que na verdade é a mesma quem faz as viagens, se destacando falsamente à comunidade internacional como líder das mulheres índias do Brasil.

É absurdo como fomos e somos usados como propaganda do GRUMIN, ou seja, da sra. Presidente ELIANE POTIGUARA, que na verdade vimos que não tem compromisso real com a nossa causa, se comportando de maneira teatral com os nossos problemas.

Queremos manifestar nosso repúdio e indignação, solicitar providências cabíveis com essa entidade GRUMIN, representada apenas pela pessoa da sra. ELIANE POTIGUARA, e que seja desmascarada esse tipo de atividade promocional da mulher índia, que contribui com a nossa desgraça e descaracteriza a nossa verdadeira e autêntica luta pelos interesses e valores culturais, que na verdade se trata de abuso e aproveitamento, desconhecendo as nossas reais necessidades. Esperamos que demais entidades afins na-

cionais e internacionais comprometidas com a causa, tomem conhecimento e manifestem sua contestação e protesto".

Em 05.11.1991 (Seguem 34 assinaturas de índios Bakairi, Pareci, Kayabi, Umotina e Bororo).

Em muitos países, a presidente do GRUMIN já seria presidiária, mas no Brasil a Justiça funciona de maneira diferente. Enquanto isto, em Baía da Traição, aproveitando-se da fome e da miséria dos Potiguara, a carioca Eliane Lima dos Santos soube comprar a consciência de índios e de "caciques", e principalmente de várias mulheres potiguara, dispostas a assinarem qualquer documento confirmando a sua falsa identidade indígena. Um pouco de dinheiro aqui, alguma comida e bebida ali, um passeio turístico ao Rio de Janeiro (ECO-92) com um ônibus lotado de Potiguara aliados, e muitas promessas para todos.

Em 1992, depois de saber que sua indianidade tinha sido questionada na ONU, logo Eliane "Potiguara" viajou a Genebra, levando a tiracolo o encarregado do Posto Indígena, ele próprio índio potiguara e que, obviamente, não ia perder a oportunidade de conhecer a Europa, às custas da ONU. Uma jogada magistral! Como duvidar da indianidade da senhora Eliane "Potiguara" se esta participa tranquilamente de uma reunião na ONU, acompanhada de um "cacique" potiguara, funcionário da FUNAI, que em momento algum contesta as denúncias feitas em Genebra por brasileiros não-indígenas apenas poucas semanas antes?

Infelizmente, tudo indica que também o Inquérito Civil instaurado pela Procuradoria da República na Paraíba continuará arquivado, para sempre. Isto porque o Procurador houve por bem solicitar a alguns "caciques" que reunissem o Conselho Potiguara para tratar do assunto e confirmassem a denúncia. O problema é que há séculos não existe mais um Conselho Potiguara, se é que alguma vez tenha existido, e que ninguém pensa em criar este Conselho ou algo semelhante só para tratar deste assunto. Inexistindo um "Conselho Potiguara", o Procurador nunca terá resposta, e nunca concluirá o seu inquérito! Para o índio José Ciríaco nada valeu o Artigo 232 da Constituição Federal que afirma solenemente que "Os índios ... são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo".

Muitas pessoas perguntam: mas porque denunciar estes gigolôs do Movimento Indígena? Eles não trazem algum dinheiro para os índios? Eles não defendem a "causa indígena"? Eles não organizam encontros nas aldeias para discutir os problemas dos índios? A questão não é esta. Não é que eles não fazem nada. Afinal de contas, algum serviço têm que mostrar, nem que seja para tirar retratos ou gravar vídeos, que depois serão utilizados, no exterior, para provar a sua identidade "indígena" e para obter sempre mais recursos para seus "projetos". O problema é que a falsa identidade indígena é usada, principalmente e antes de tudo, em benefício próprio, para engordar a própria conta bancária.

Um caso exemplar é o de Eliane Lima dos Santos "Potiguara", que com extrema habilidade soube driblar a legislação comum e indigenista brasileira e conseguiu enganar índios, "lideranças" indígenas, funcionários da FUNAI, entidades de apoio ao índio, jornalistas, feministas, ecologistas, políticos, delegados, procuradores e, inclusive, altos funcionários de organismos internacionais como a ONU e a UNESCO. O problema é que não se pode enganar todos o tempo todo. Algum dia, a festa acaba.

Infelizmente, tudo indica que este dia ainda está distante. No Brasil, onde nos meios ditos "intelectuais" predomina ainda a imagem do índio "bom selvagem", é determinantemente proibido questionar a representatividade de caciques e pseudo-caciques, criticar índios que vivem explorando seus irmãos índios, denunciar índios que constituem uma ameaça para a sobrevivência de seu Povo, questionar a legitimidade de organizações indígenas, ou solicitar

que sejam processados pseudo-índios vigaristas, verdadeiros parasitas e gigolôs do Movimento Indígena.